



Telegramma do nosso collega Mario Artagão:  
"Princesa Imperial Brasil. — Boulogne. S/Seine.  
Representando monarchistas rio-grandenses tenho  
suprema ventura beijar mão abençoada Vossa  
Alteza Imperial. — Mario Artagão."

# História, política e literatura no Rio Grande do Sul: estudos sobre o escritor Mário de Artagão

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES**

**58**



COLEÇÃO  
RIO-GRANDENSE



UNIVERSIDADE  
**ABERTA**  
www.uab.pt

Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais  
2020-2023



BIBLIOTECA  
RIO-GRANDENSE



**História, política e  
literatura no Rio  
Grande do Sul:  
estudos sobre o  
escritor Mário de  
Artagão**



COLEÇÃO  
RIO-GRANDENSE



## CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

**Alvaro Santos Simões Junior**

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

**António Ventura**

- Universidade de Lisboa -

**Beatriz Weigert**

- Universidade de Évora -

**Carlos Alexandre Baumgarten**

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

**Ernesto Rodrigues**

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

**Francisco Gonzalo Fernandez Suarez**

- Universidade de Santiago de Compostela -

**Francisco Topa**

- Universidade do Porto -

**Isabel Lousada**

- Universidade Nova de Lisboa -

**João Relvão Caetano**

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

**José Eduardo Franco**

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

**Maria Aparecida Ribeiro**

- Universidade de Coimbra -

**Maria Eunice Moreira**

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

**Maria Cristina Firmino Santos**

- Universidade de Évora -

**Vania Pinheiro Chaves**

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

# História, política e literatura no Rio Grande do Sul: estudos sobre o escritor Mário de Artagão



CIPSH  
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES  
CONSEJO INTERNACIONAL DE CIENCIAS HUMANAS Y SOCIALES

UNIVERSIDADE  
**AbERTA**   
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

**Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais**

2020-2025



**Biblioteca Rio-Grandense**

Lisboa / Rio Grande

2022

## **DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO**

### **DIREÇÃO:**

José Eduardo Franco (Coord)  
Carla Oliveira  
Cécile Méadel  
Fabrice d'Almeida  
João Luís Cardoso  
José Ignacio Ruiz Rodríguez  
Valérie Dévillard  
Pierre-Antoine Fabre

### **COMISSÃO PEDAGÓGICA:**

João Relvão Caetano (Coord.)  
Darlinda Moreira  
Jeffrey Scoot Childs  
Rosa Sequeira  
Sandra Caeiro

### **ASSESSORIA EXECUTIVA:**

Cristiana Lucas (Coord.)  
José Bernardino  
Milene Alves  
Paula Carreira  
Susana Alves-Jesus

## **DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE**

**Presidente:** Francisco das Neves Alves  
**Vice-Presidente:** Pedro Alberto Távora Brasil  
**Diretor de Acervo:** Ronaldo Oliveira Gerundo  
**1º Secretário:** Luiz Henrique Torres  
**2º Secretário:** Marcelo França de Oliveira  
**1º Tesoureiro:** Valdir Barroco  
**2º Tesoureiro:** Mauro Nicola Póvoas

### **Ficha Técnica**

- Título: História, política e literatura no Rio Grande do Sul: estudos sobre o escritor Mário de Artagão
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 58
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2022

ISBN - 978-65-89557-73-9

**CAPA:** Caricatura publicada no *Bisturi*, Rio Grande, 2 ago. 1903, p. 6.

### **O autor:**

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.





## Apresentação

As sólidas inter-relações históricas constituíram fator essencial para uma constante interação cultural entre Brasil e Portugal, não só à época colonial, como também após a emancipação política brasileira. Apesar da ascendência emanada das potências imperialistas, notadamente a francesa e a britânica, no que tange à formação cultural lusa e brasileira, como metrópole e colônia e depois como países independentes, as duas nações iriam também exercer mútuas influências entre si. Tais permutas recíprocas no campo cultural iriam se manifestar fortemente através do intercâmbio de intelectuais de lado a lado, havendo uma constante corrente migratória transoceânica de escritores em geral, poetas, jornalistas, caricaturistas e tantos outros amantes, diletantes e profissionais das letras. Nesse cenário de mútuas trocas esteve inserido Antônio da Costa Correia Leite Filho, poeta e jornalista, que ficou conhecido pelo seu nome artístico Mário de Artagão. Ele nasceu na cidade do Rio Grande, a 19 de dezembro de 1866. Era de família abastada, ligada às lides comerciais cidadinas, o que permitiu a realização de seus estudos na Europa, notadamente em Portugal e na Alemanha. Além disso, viajou por vários países do continente europeu, em experiências que geraram um aprendizado e influências marcantes em sua vida e obra.

Já nos anos 1880, voltou para o Brasil, assumindo funções na empresa familiar, atuando no Recife e no Rio de Janeiro. Naquela cidade, iniciaria sua carreira

literária, com o lançamento de seu primeiro livro, *As infernais*, em 1889, com uma segunda edição no ano seguinte. Já no Rio, dava os seus primeiros passos no mundo do jornalismo, trabalhando na *Tribuna Liberal*. Após essas empreitadas, Mário retornou à sua cidade natal. Seu pai pretendia que ele assumisse o comando da firma Leite & Cia., mas o escritor preferiu o caminho das letras. Artagão foi o típico representante da intelectualidade de seu tempo, agindo em múltiplas áreas, ao atuar como jornalista, poeta, professor, filósofo, conferencista, teatrólogo, administrador escolar, dramaturgo e polemista. Era um poliglota, pois falava e escrevia em português, inglês, francês, espanhol, alemão e italiano. Seu reconhecimento como intelectual ultrapassou fronteiras, tendo pertencido a academias literárias em Paris e em Hamburgo, além de ser membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, do Instituto de Coimbra, do Grêmio Literário da Bahia, do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas e do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Em sua volta para o Rio Grande do Sul, Mário de Artagão conviveu intimamente com a mudança institucional que marcou a instalação da República. Diante de tal transformação, assumiu uma posição política que não abandonaria até o final de seus dias. Assim, defendeu um ideário monárquico, colocando-se abertamente contra o regime republicano. Em terras gaúchas, escreveu nos jornais *Correio Mercantil* e *Nacional*, ambos de Pelotas, e atuou nos rio-grandinos *Rio Grande do Sul* e *Echo do Sul*. Através da imprensa, expressou sua posição não só de oposição, mas também de combate e resistência ao republicanismo, notadamente contra o autoritarismo, fosse na esfera

## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

federal, fosse na estadual, em relação ao castilhismo. Para dar vazão às suas ideias, fundou *A Actualidade*, em 1892, periódico no qual chegou ao apogeu de sua militância monarquista.

As posições políticas do autor custaram-lhe muito caro, tendo de enfrentar constantemente o ódio dos adversários, as ameaças e a vigilância das autoridades públicas. Por tal motivo chegou a ter de buscar, por alguns meses, asilo no consulado britânico, quando a crise política se acirrou no Rio Grande do Sul, levando à deflagração da Revolução Federalista. Nesse meio tempo, em 1894, lançou seu segundo livro intitulado *Psaltério*, desdobrado depois, em 1896, no opúsculo *O Psaltério na quermesse*. Além disso, contribuiu com o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* e com o *Almanaque Popular Brasileiro*. As ferrenhas perseguições sofridas em muito marcaram a vida do escritor. Em 1897, ele mudou-se para a cidade vizinha de Pelotas, onde fundou o “Colégio Mário de Artagão” e colaborou intensamente com o jornal *A Opinião Pública*. Nessa mesma cidade, ele editou, em 1901, mais um de seus livros, *Música Sacra*. Após isolar-se, vindo a residir no litoral norte gaúcho, Artagão voltou à sua cidade natal, colaborando proficuamente com o *Echo do Sul*. Mas ele continuava a ser alvo da coerção governamental, e mesmo que não fosse mais um jornalista eminentemente militante, não deixou de ser perseguido.

Cansado de tanto cerceamento, Mário de Artagão optou por um autoexílio em Lisboa, partindo, em 1905 com toda a sua família, para nunca mais voltar ao Brasil, adotando Portugal como o seu novo lar. Em sua nova pátria, Artagão também foi reconhecido como intelectual, publicando várias de suas poesias em folhas

literárias. Ele abandonou o jornalismo opinativo e, sem deixar de ser monarquista, buscou não mais se expressar sobre a vida política brasileira. Em Portugal, dedicou-se à sua obra literária, publicando *Janina* (1907), uma segunda edição de *O Psaltério* (1912) e uma terceira de *As infernais* (1914) – nestes dois últimos, os textos originais foram em muito revistos e refeitos –, *No rastro das águias* (1925), *Rimas pagãs* (1933), *Helláda, ninho dos deuses...* (1934) e *Feras à solta* (1936). O escritor viria a falecer a 15 de agosto de 1937, quando sua carreira foi lembrada e reconhecida através da imprensa<sup>1</sup>. Este livro retoma vários escritos elaborados sobre o autor luso-brasileiro, adaptados e reunidos em uma mesma publicação.

---

<sup>1</sup> A respeito do autor, observar: ALVES, Francisco das Neves. *A convicção através da pena: a obra jornalística e literária do escritor Mário de Artagão no âmbito brasileiro-lusitano*. Lisboa: CLEPUL, 2016.; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. v. 6, p. 242-243.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1978. p. 308-309.; NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*. Rio Grande: Arttexto, 1987. p. 51-53.; SARMENTO, José. O grande exilado. In: *Ilustração Portuguesa – edição semanal do jornal O Século*, Lisboa, 22 abr. 1907, v. 3, n. 61, p. 489-495.; SENNA FREITAS, José Joaquim de. *Ao veio do tempo (ideias, homens e fatos)*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira Livraria Editora, 1908. e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-riograndense: autores*. Porto Alegre: “A Nação”, Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 268.

# SUMÁRIO

**Mário de Artagão: jornalista e monarquista - *A Actualidade* (1892-1894) / 15**

**O dramaturgo Mário de Artagão - *Janina* (1907) / 41**

**O poeta no exílio e duas de suas obras publicadas em Lisboa: *Rimas pagãs* (1933) e *Feras à solta* (1936) / 65**

**Mário de Artagão: registros iconográficos de um poeta brasileiro-lusitano / 91**



# Mário de Artagão: jornalista e monarquista - *A Actualidade* (1892-1894)\*

Ao longo de sua atuação literária, Mário de Artagão manifestaria as várias etapas de sua formação estudantil e acadêmica, bem como suas cargas de leituras e vivências na Europa e no Brasil<sup>2</sup>, promovendo uma verdadeira mescla de saberes, conseguindo ser, ao mesmo tempo, rebelde e inquieto, monarquista em política e darwinista em ciência<sup>3</sup>. O poeta conviveu com diferentes formas de ver e pensar as sociedades, assimilando-as, apreendendo-as, contradizendo-as e interpretando-as à sua maneira, resultando em ideais uniformes e/ou amalgamados que compuseram suas convicções, as quais inevitavelmente viriam a marcar a sua produção literária e jornalística. Este ensaio pretende abordar uma fração em meio à carreira do escritor, mais especificamente aquela que se desenrolou entre 1892 e 1894, período que compreendeu a sua mais veemente

---

\* Texto adaptado a partir de artigo publicado na Revista *Historiae*. Rio Grande: Editora da FURG, 2015, v. 6, p. 91-121.

<sup>2</sup> ALVES, Francisco das Neves. A produção literária de um poeta sul-rio-grandense. Uma breve incursão ao pensamento e à obra de Mário de Artagão. In: *Cadernos literários*. Rio Grande: Editora da FURG, 2011. v. 19. p. 51.

<sup>3</sup> CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2006. p. 319-320.

atuação como jornalista militante da causa monárquica nas páginas do jornal *A Actualidade*.

Em setembro de 1892, Mário de Artagão fundou o jornal *A Actualidade*, cujas páginas serviram para sustentar seu pensamento político monárquico. O escritor, em geral, assinou as matérias editoriais do periódico, como aquela publicada no primeiro número, intitulada “Enfim”. Com tal exclamação, o redator-proprietário dizia estar iniciando a vida da *Actualidade*, para transparecer uma alegoria que considerava impossível de moderar, uma vez que era a luta que começava. Afirmava que seriam raros os que desejavam a vida das responsabilidades, mas ele argumentava que a procurava e, com ela, sentia dentro de sua alma a alegria a cantar. Considerava que a luta na qual iria se empenhar era pelos ideais, cheia de esforços nobres, de altivez e de abnegação, o que, por si só, já seria consolador. O escritor declarava ainda que não queria as posições cômodas e nem recompensas, pois, se as ambicionasse, bastaria ter cometido em 15 de Novembro o crime de abjurar as suas crenças monárquicas, para engajar-se nas fileiras da república triunfante, de modo que poderia ser considerado, segundo a opinião de muitos, um digno representante da nação, mas a sua consciência que não passaria de um trãnsfuga<sup>4</sup>.

Ainda no mesmo editorial, fazendo considerações sobre suas vivências e convicções, o redator dizia que em mais de uma vez fora apontado nas ruas do Rio de Janeiro como um produto raro de lealdade e cegueira, sendo chamado de louco e sonhador. Diante disso, afirmava que abençoava a

---

<sup>4</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 1º set. 1892. A. 1. N. 1. p. 1.



loucura e bendizia os seus sonhos, uma vez que se tratava da loucura do amor por uma causa que não julgava perdida e eram os sonhos de moço e de ternura, inspirados na felicidade que ardentemente desejava para a sua pátria. Nessa linha, destacava que haviam rido dele, mas, na verdade, estariam a rir da pátria em soluços, uma vez que era o povo que estaria a chorar lágrimas de saudade em torno do esquife que levava o velho imperador para a morte no exílio. Argumentava também que, nos últimos três anos, não havia cessado de agremiar os elementos para formação de um partido, de modo que, naquele momento, assistia-lhe o direito de considerar-se mais feliz em poder hastear francamente a bandeira das suas crenças<sup>5</sup>.

Segundo Artagão, a partir da *Actualidade*, a sua missão ficaria mais exequível, pelo fato de poder escrever com mais franqueza em um jornal do qual era um dos proprietários, além de ter ainda esperanças de poder contar com a liberdade de pensamento expressa no texto constitucional. O jornalista afirmava que não pretendia conspirar e sim educar, uma vez que a propaganda que propunha seria inspirada em sentimentos nobilitadores, não tendo a desordem como fator nem a bala como motor. Nesse sentido, declarava que não queria convulsionar a pátria, bastando para isso os sobressaltos e as agitações em que ela já vivia, de modo que a luta por ele iniciada teria a educação do povo por único objetivo, visando apontar-lhe o caminho a seguir para ser conseguida a felicidade perdida, o que só poderia ser obtido no terreno da ordem, sem que fosse preciso abalar a sociedade. Diante disso,

---

<sup>5</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 1º set. 1892. A. 1. N. 1. p. 1.

asseverava que se os detentores do poder consentissem que as urnas falassem livremente, tinha certeza de que sua luta teria em um futuro próximo o seu triunfo glorioso<sup>6</sup>.

Definindo o norte editorial da publicação, o escritor explicava que redigiria *A Actualidade* com delicadeza e critério, não se empenhando nas contendas estéreis que vinham lançando o ódio e a discórdia sobre o jornalismo rio-grandense, uma vez que o insulto não regenerava e sim depravava. Nesse sentido, declarava que o amor que votava à causa da restauração da monarquia e à sua pena nunca oxidada pela descompostura iria colocá-lo a salvo dos ataques com que pudessem tentar ferir a sua humilde individualidade. Dizia escrever em nome de uma ideia e de um partido, sendo, portanto, invulnerável no seu posto de honra e no grande reduto em que pretendia alocar-se feito de abnegação e de civismo<sup>7</sup>. A partir desta edição inicial, enquanto pode, Mário de Artagão desenvolveu ampla campanha em prol dos ideais monárquicos, destinando vários dos editoriais da folha a serviço de tal causa<sup>8</sup>.

Já na segunda edição de seu jornal, o articulista passaria a publicar o editorial “Verdades”, no qual intentava traçar paralelos entre as formas monárquica e republicana, ressaltando as vantagens daquele em

---

<sup>6</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 1º set. 1892. A. 1. N. 1. p. 1.

<sup>7</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 1º set. 1892. A. 1. N. 1. p. 1.

<sup>8</sup> A única coleção existente da *Actualidade*, no acervo da Biblioteca Rio-Grandense, compreende apenas os meses de setembro de 1892, julho de 1893 e de janeiro a maio de 1894, quando Artagão afasta-se do periódico.

detrimento desta. Retomando o conteúdo programático de seu periódico, lembrava que pretendia orientar o povo na senda a seguir, para que fosse adquirida a felicidade perdida, chegando a ocasião de colocar em evidência as vantagens da monarquia em cotejo com as irregularidades da forma republicana. Dessa maneira, até aceitava que em termos teóricos, ambas as formas poderiam até ser aceitáveis, entretanto, na prática, não conseguia ver a viabilidade das repúblicas. Quanto aos críticos da monarquia tendo em vista a questão da hereditariedade, o escritor opinava que seria exatamente em tal pressuposto que estaria o grande benefício de tal regime<sup>9</sup>.

Assim, Artagão argumentava que o trono era o estorvo mais eficaz para a sanha dos ambiciosos, uma vez que nas repúblicas qualquer caudilho que dispusesse de um milheiro de baionetas poderia afoitamente tentar um assalto ao poder, trazendo consigo o atraso em todos os ramos de atividade pelo espadanar do sangue e o desastre do sistema econômico pelos grandes dispêndios das lutas fratricidas. Considerava ainda que, em se tratando de presidentes da república, havia muitos exemplos de que os mais ineptos eram geralmente os preferidos para o cargo. Mesmo reconhecendo que houvera também monarcas incapazes de reger os destinos de uma nação, mas, diante disso, os parlamentos poderiam intervir, promovendo, de acordo com as constituições liberais, uma substituição que mais conviesse aos interesses do país, mediante um processo realizado suavemente, sem ruídos, nem distúrbios, o que não poderia. Segundo a

---

<sup>9</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 2 set. 1892. A. 1. N. 2. p. 1.

sua concepção, o mesmo não poderia ocorrer em repúblicas, nas quais a tentativa de apejar um presidente do poder normalmente resultava em revolta ou despotismo<sup>10</sup>.

Mantendo o tom pedagógico, o jornalista publicaria uma segunda parte do editorial “Verdades”, comparando monarquia e república. A respeito de um dos pontos criticados pelos republicanos nas realezas, a hereditariedade, o escritor defendia que ela seria uma vantagem, pois um herdeiro bem preparado poderia constituir uma garantia de paz, de ordem e de justiça. Em oposição, argumentava que a mesma suavidade na transmissão do poder não viria a ocorrer com os chefes de Estado republicanos, já que um homem que galgava o poder por meio de uma eleição quase sempre fraudulenta e conquistada à custa de muito dinheiro, não poderia ter a calma e a reflexão precisas para executar suas obrigações, pois sua escolha dependera de empenhos, promessas, bajulações e arqueamentos de espinha. Considerava que, desse modo, os presidentes não conseguiam fechar a porta à multidão de credores dos favores eleitorais, gerando a corrupção e o empreguismo<sup>11</sup>.

O redator somava a tais males o fato de que a escolha do governante republicano devia-se ao privilégio odioso em favor dos ricos, que exerciam pressão sobre as massas eleitorais, levando à eleição de um candidato mais à feição dos seus exclusivos interesses particulares. Sustentava que em tais casos não era o merecimento que triunfava e sim a cabala, desenvolvendo a força, forjando

---

<sup>10</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 2 set. 1892. A. 1. N. 2. p. 1.

<sup>11</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 3 set. 1892. A. 1. N. 3. p. 1.

a fraude, espalhando o dinheiro e estorvando a liberdade de consciência. Além disso, argumentava que os processos eleitorais republicanos acabavam por gerar ferrenhas desavenças e oposições entre vencedores e derrotados, travando a marcha progressista dos negócios do país. Citava também a possibilidade de que a ambição e o despeito do vencido, poderia redundar no recurso às armas para obter o triunfo que as urnas lhe negaram, surgindo então a guerra fratricida, capitaneada pelo ódio que num atropelo de lama e escarro, de sangue e maldições, destruía as sociedades. Assim, o escritor concluía que todos poderiam fazer o cotejo entre o suavíssimo processo de sucessão monárquico e o turbulento das eleições presidenciais, aparecendo como resultado a evidência das vantagens que trazia a hereditariedade sobre os mandatos republicanos<sup>12</sup>.

Os abruptos acontecimentos que sacudiam o país e o Rio Grande fizeram com que Mário de Artagão tivesse de suspender seus editoriais de natureza didático-pedagógica nas comparações entre as formas de governo, para se ocupar das contingências aflitivas de então. A liberdade de expressão foi uma das preocupações do jornalista, publicando editorial sob o sugestivo título de “A palmatória”, no qual, com veemência, denunciava um clamoroso atentado contra a imprensa, que se dera no coração da pátria rio-grandense. Nesse sentido, exclamava que, simplesmente porque um jornal editava uma notícia que desagradava às autoridades, a polícia já entendia que havia nisso uma razão para chamar os redatores, ameaçando-os com *bolos*, como se eles fossem meninos de escola, sujeitos ao

---

<sup>12</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 3 set. 1892. A. 1. N. 3. p. 1.

medo das palmatórias. Diante disso, questionava se aquilo não seria um insulto atirado às bochechas de todos aqueles que viviam da imprensa, ou ainda o desprezo da autoridade por aquela instituição que merecia todo sacrifício e amor<sup>13</sup>.

Apelando contra o autoritarismo, o escritor avisava que aquela não era uma terra de turcos, na qual os jornais só poderiam escrever o que o Sultão desejava. Em ardorosa defesa do pleno livre-arbítrio para o jornalismo, enfatizava que a imprensa, como uma conquista da civilização, precisava gozar da mais ampla liberdade, pois toda a tentativa de sufocá-la entraria no capítulo das grandes temeridades. Para ele, não seria possível sufocar um corpo que tinha, como a hidra da fábula, uma infinidade de cabeças, de modo que a nota de prisão expedida contra um colega jornalista constituía uma indignante arbitrariedade. Lembrando os dispositivos constitucionais, Artagão argumentava que a imprensa não poderia estar à mercê da censura de um qualquer chefe de polícia, que, se não queria ver discutidos os seus atos, tinha a liberdade de desocupar um lugar que não sabia exercer<sup>14</sup>.

Sem perder a oportunidade para comparar as formas de governo, Mário de Artagão dizia que, nos saudosos tempos do Brasil Império era a imprensa uma instituição que dos poderes públicos merecia maior acatamento, sendo o velho imperador o primeiro a dar o exemplo de amor e de interesse a tudo quanto com ela se relacionasse. Lamentava que os tempos houvessem mudado, de modo que, quem quisesse ser digno do

---

<sup>13</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 4 set. 1892. A. 1. N. 4. p. 1.

<sup>14</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 4 set. 1892. A. 1. N. 4. p. 1.

nome de jornalista e desempenhar com hombridade as suas atribuições no campo da imprensa, estava condenado a sofrer os destemperos daqueles que preferiam a sujeição pelo uso dos bolos de palmatórias. Com veemência, o redator exclamava que deveriam vir então de uma vez a inquisição e os autos-de-fé, pois, ainda assim, restaria o consolo de saber que, diante do fatídico *crê ou morre* ainda muitos patrícios existiam que abnegadamente haveriam de preferir *morrer sem crer*<sup>15</sup>, em clara alusão à resistência ao regime vigente que ele próprio vinha realizando.

Com a proximidade da data da independência brasileira, o redator da *Actualidade* passou a ocupar-se em desmentir um movimento conspiratório em prol do retorno à monárquica. Através do editorial “O boato”, Artagão afirmava que havia muito gente a tremer diante do dia 7 de Setembro, murmurando sobre uma planejada restauração da monarquia, de modo que as autoridades estariam a arregimentar tropas, pondo-as de prontidão, visando sufocar o grito que poderia partir da cidade do Rio Grande para conflagrar a pátria brasileira. Perante isso, ele reagia, dizendo que, se era um idiota o forjicador do boato, não menos insensatos eram aqueles que lhe davam curso, e garantia ninguém cogitara em restaurar a monarquia por meio de uma conspiração. Reconhecia que em vários estados os partidos monárquicos se arregimentavam, fazendo uma propaganda ativa em favor da restauração, mas ela seria realizada dentro da lei, com ordem e moderação, embora

---

<sup>15</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 4 set. 1892. A. 1. N. 4. p. 1.

amparada no entusiasmo que todas as causas nobres costumavam inspirar<sup>16</sup>.

Para Mário de Artagão, os movimentos conspiratórios eram anacrônicos e não se coadunavam com países que contavam com as garantias das liberdades constitucionais, criticando indiretamente o autoritarismo praticado no Brasil. Nesse sentido, considerava desnecessária a conspiração para obter o retorno a uma forma de governo que se impunha como uma necessidade para a pátria adquirir a felicidade perdida. O redator enfatizava que os monarquistas não conspiravam, pois se batiam a peito descoberto, pregando dentro da lei os seus princípios políticos e seria o povo quem haveria de exigir a restauração da monarquia, bastando para isso que lançasse o voto imaculado no ventre puríssimo das urnas. Mais uma vez tecendo críticas aos governantes, o escritor destacava que fecundado o gérmen da grande ideia monárquica, seria escusada a ostentação de forças coactoras, pois o povo na livre América não obedeceria senão à sua vontade soberana, de maneira que deveriam tranquilizar-se os seus adversários, pois o 7 de Setembro nada mais teria de notável senão a lembrança imorredoura de que havia setenta anos que os brasileiros eram um povo de homens livres<sup>17</sup>.

O mesmo tema continuaria na edição seguinte, por meio do editorial “Calma!”, no qual Artagão mais uma vez desmentia os boatos em torno de uma conspiração monárquica, conclamando seus companheiros de ideais a não cair nas provocações de

---

<sup>16</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 6 set. 1892. A. 1. N. 5. p. 1.

<sup>17</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 6 set. 1892. A. 1. N. 5. p. 1.



adversários e evitarem qualquer tipo de agitação. Considerava que o partido monárquico precisava de toda a calma e moderação para se tornar grande e poderoso, já que a monarquia haveria de vir suavemente, sem abalos nem convulsões. Nessa linha, afirmava que os monarquistas que pretendiam ver a pátria libertada do jugo opressor daquela república de nababos deveriam apelar para as urnas, que poderiam ser fraudadas, mas acabariam por não resistir à reclamação popular. Assim, conclamava seus correligionários a lutar abnegadamente pelo seu ideal, mas dentro da lei, com calma e prudência, pois dessa maneira viria a engrossar o glorioso partido que estaria destinado a operar a transformação política da pátria brasileira<sup>18</sup>.

O redator não perdeu a oportunidade da data da independência nacional para, mais uma vez, atacar a forma de governo vigente. Em pequena matéria intitulada “Grande data”, ele dizia que a pátria brasileira estava a comemorar a sua emancipação política, mas considerava que acontecia algo estranho, pois o grito do inolvidável imperador, atravessando meio século, vinha morrer naquele dia, como um grito estrangulado, cheio de dores sopitadas, parecendo a voz de um túmulo amaldiçoando um povo. Segundo Mário de Artagão, tal percepção era compreensível, já que havia três anos que os brasileiros tinham vestido o crepe das dores incuráveis e, consternados, debruçavam-se sobre o cadáver da pátria. Assim, concluía que seria natural que naquele abraço de dor fosse ouvido o grito das

---

<sup>18</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 7 set. 1892. A. 1. N. 6. p. 1.

catacumbas, trovejando a maldição sobre os destruidores da felicidade da pátria por todos estremecida<sup>19</sup>.

A extrema repressão governamental no dia 7 de Setembro seria descrita por Artagão, através da matéria “Os sucessos”, na qual denunciava os excessos das autoridades, declarando que a o Rio Grande tivera, pela primeira vez na sua vida pacata de cidade comercial, a ocasião de apreciar uma ostentação de força, descabida e espalhafatosa, cheia de perigos para a tranquilidade pública. Para o escritor, o governo exagerara ao ostentar sua força armada, a qual, ao invés de inspirar tranquilidade, provocara um mal-estar geral, de modo que a polícia, ao invés de garantidora da ordem, transformar-se em perturbadora da mesma. Ele acusava que os agentes governamentais promoveram ampla violência, com agressões brutais e prisões arbitrárias, provocando uma desordem medonha. Descrevia ainda que em muitos quintais fora arvorada a bandeira imperial, diante do que o diretório do partido monárquico expedira um emissário com o fim de conseguir a retirada de tais estandartes, de modo a evitar mais violências, bem como destacava que a redação da *Actualidade* fora muito visitada, sendo todos aconselhados a manter a calma e a prudência, evitando qualquer manifestação que pudesse alterar a ordem pública<sup>20</sup>.

Tal tema voltaria à pauta do jornalista através do editorial “A borrasca”, aberto em um estilo bem mais próximo dos escritos literários do autor, afirmando que tudo passara, dormindo as balas nos cartuchos,

---

<sup>19</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 7 set. 1892. A. 1. N. 6. p. 1.

<sup>20</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 9 set. 1892. A. 1. N. 7. p. 1.

enquanto que as carabinas, encostadas a um canto da casa, abriam para o céu a boca pequenina e irônica. Descrevia ainda que não havia mais o calafrio e a ansiedade do medo, de modo que as estrelas que os anjos abriam pelo céu fitavam os moradores com o amor de sempre, tendo assim passado o 7 de Setembro, apontado como o dia pavoroso de negros estremecimentos. No restante do editorial, o escritor voltava ao estilo jornalístico, afirmando que de toda a ostentação ridícula de força resultara um esplêndido triunfo para o partido monarquista. Ele justificava sua asserção, destacando que os adversários consideravam que os monárquicos não passavam de uns lunáticos que, no terreno da esterilidade, tentavam lançar a semente de uma causa morta, entretanto, questionava, se assim eles eram considerados, qual seria o motivo de tamanha repressão<sup>21</sup>.

Nesse sentido, o articulista explicava que era fácil compreender os motivos que forçavam os adversários a temer a propaganda emanada daquela folha, pois estariam a perceber que a propalada loucura dos monarquistas não estava a arrastá-los para os hospícios e sim a apontar-lhes o caminho só trilhado pelos escravos do patriotismo, inspirados na felicidade nacional, em uma escravatura que aterrava os inimigos por ser dignificadora. Na sua opinião, a causa monárquica contaria com o apoio das multidões, em busca da felicidade perdida, ressaltando que o povo só abraçava as causas santas e nobilitadoras, de modo que todos irmanados sustentariam as lutas contra os destruidores de todas as liberdades. Considerava ainda que os

---

<sup>21</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 10 set. 1892. A. 1. N. 8. p. 1.

monarquistas representavam um grito que apavorava e, por isso, os adversários, vacilando nos fofos pedestais de um poder efêmero, cercavam-se de canhões e sabres, esquecendo que as barricadas não haviam sido feitas para um povo que tudo poderia destruir, quando sentia-se ferido nos seus brios e direitos. Exortava os inimigos políticos a não tentar reagir, uma vez que a aspiração nacional seria como os vulcões que explodiam como uma força natural e, opor-lhe resistência, não passaria de insensatez e loucura<sup>22</sup>.

A polêmica permaneceria nas páginas da *Actualidade* com o editorial “Ainda bem”, no qual Mário de Artagão, mais uma vez buscava eximir-se de qualquer acusação em torno de que os monarquistas haviam açulado a revolta no seio da população rio-grandina. Assim, ratificava que pregara a calma através das colunas de seu jornal para todos os amigos abraçados à crença política que com entusiasmo defendia. Além disso, aplaudia a atitude de um regimento do exército que tentara abrandar a ação policial das autoridades locais, destacando que os atos de tais militares haviam sido nobres e fruto de brandura, disciplina e patriotismo. Afirmando que o exército não era uma corporação feita para servir aos ódios da politicagem, nem às trincas dos partidos, defendia que tal corporação não deveria ser alvo de nenhum tipo de punição por suas atitudes, já que ela estava em acordo com os interesses do povo, em uma harmonia que serviria de estorvo aos déspotas e aos planos que tentavam ferir as santas liberdades<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 10 set. 1892. A. 1. N. 8. p. 1.

<sup>23</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 11 set. 1892. A. 1. N. 9. p. 1.

## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

O clima de instabilidade prosseguiria e a controvérsia em relação aos acontecimentos em torno do 7 de Setembro se mantinha, tanto que Artagão teve de publicar o editorial “Uma defesa”, no qual mais uma vez enfatizava que não participara das manifestações naquela data, argumentando que, ao contrário, presentindo que os populares se encaminhavam para a redação de sua folha, achara por bem retirar-se do escritório de modo a evitar que lhe forçassem a tomar a palavra, o que teria feito pregando abertamente a monarquia. O escritor narrava que se deslocara para o salão de um hotel citadino no qual fora interpelado por vários de seus adversários políticos, que o apontaram como culpado das agitações, ao que reagira e, em suas palavras, expressara suas convicções como jornalista e partidário de uma causa, concluindo que sua atitude fora coerente segundo a concepção das pessoas sensatas e criteriosas<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 13 set. 1892. A. 1. N. 10. p. 1. A declaração de Mário de Artagão teve o seguinte conteúdo: Então os senhores não compreendem que se eu quisesse atizar os ódios do povo, bastar-me-ia ter ficado na redação, onde necessariamente faria considerações severas sobre a política republicana? É preciso que saibam que na minha qualidade de redator de uma folha séria e criteriosa, não me é possível estar por aí açulando ódios e pactuando com uma *vaia* que amanhã me prejudicaria aos olhos dos meus adversários. O povo exerce um direito vaiando ou aclamando. (...) Sei apenas que tenho um nome político a zelar, cujas responsabilidades são tremendas, e cuja seriedade seria incapaz de arriscar em uma manifestação de desgosto. Quero que compreendam que a minha condição de diretor de uma facção política, não me permite andar por aí de lata vazia em punho (...). Se não me

Mário de Artagão chegou a mostrar-se encorajado a partir da campanha em torno de suas convicções, como ao divulgar o recebimento do que chamou de um belíssimo documento, de simplicidade encantadora, e por intermédio do qual verdadeiros corações de patriotas empenhavam todo o seu entusiasmo em favor da restauração da monarquia. Enfatizava que, dentre os dignos signatários, havia alguns que, na penosa estrada da vida, começavam a ensaiar os primeiros passos, ou seja, eram moços em cujo peito já existia o fogo veemente de um entusiasmo nobilitante. Perante o documento, o redator destacava que batalhar pelo futuro da pátria era a mais bela das lutas, rendendo as suas aclamações a todos aqueles

---

ocorresse a lembrança de retirar-me para aqui, e se os senhores não me tivessem visto nesta sala, os seus jornais, os jornais governistas, seriam amanhã os primeiros a lançar sobre mim o insulto s recriminações. Na opinião dos jornais que me são desafetos, não há nesta cidade manifestação hostil à república que não seja promovida por mim. Pois é contra isso que eu protesto. Tenho família, tenho respeito às crenças dos adversários e tenho interesses nesta cidade; e serei por isso incapaz de promover distúrbios que afetem o sossego da sociedade e o critério da minha crença política. (...) Os senhores me hão de ver sempre dignamente colocado, custe o que custar. Faço e farei sempre a minha propaganda, mas no exercício desse direito saberei sempre respeitar a ordem e, sobretudo, a seriedade de um nome que conservo imaculado! (...) Se essa manifestação que ali se acha em frente à *Actualidade* fosse dirigida à minha propaganda, à ideia monárquica ou a mim, na qualidade imerecida de chefe do partido, acreditem os senhores que sem vacilar me acharia no meu posto de honra, sacrificando a minha vida e todo o meu futuro!

patriotas que se aproximavam da sua bandeira, com o fim de firmarem, pela monarquia, o prestígio do nome brasileiro<sup>25</sup>.

O entusiasmo quanto à restauração foi demonstrado no editorial de título “Inviável” que buscava sustentar a ideia de que a república seria impraticável para o Brasil e não tinha quadros para garantir a administração do país. Segundo o redator da *Actualidade*, já era um assunto por demais sabido para os seus adversários que a reação contra a república se operava rápida e simultaneamente em todos os cantos do país. Explicava que, ao princípio ainda houvera a ironia e a chacota a servirem de espantinho para aqueles que nutriam saudades do passado, entretanto, convencidos e, a seu turno amedrontados, os órgãos republicanos abandonaram o cediço expediente das palavras cáusticas, para lançarem mão das ameaças e perseguições, as quais não significavam outra coisa que não fosse a própria fraqueza das instituições vigentes. De acordo com Artagão, nunca para um historiador se apresentara período mais fácil de análise do que aquele que o país atravessava, de modo que, sem a longa obstinação no estudo nem os esforços aturados de observação, seria possível perceber à primeira vista que a forma republicana era um sistema que não servia à natureza dos brasileiros, como homens livres, nem tinham o mérito sequer de acudir às primeiras necessidades de um país que queria progredir<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 14 set. 1892. A. 1. N. 11. p. 1.

<sup>26</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 15 set. 1892. A. 1. N. 12. p. 1.

Nessa linha, o escritor sustentava que a condição essencial para cimentar os fundamentos de um qualquer sistema de governo residia necessariamente na capacidade e patriotismo dos homens que eram chamados para as regiões administrativas. Ele cobrava uma posição dos detentores do poder, ressaltando que, ainda na monarquia, os propagandistas nas suas declamações pregavam as vantagens da república, de maneira que, uma vez triunfante essa causa, eles deveriam revelar as aptidões necessárias e os conhecimentos próprios para a fazerem vingar. Contrapunha, porém, dizendo que estava se dando justamente o contrário em três anos de república, nos quais se via tristemente nua a galeria dos homens notáveis, qualificando negativamente alguns dos governantes de então. Assim, manifestava a certeza de que o estado de desmoralização não se modificaria, continuando as dificuldades financeiras e o descrédito nacional. Diante disso, o redator vaticinava que os seus adversários deveriam ficar certos de que sem homens capazes para a responsabilidade de uma sábia administração, não haveria forma de governo que conseguisse identificar-se com o povo, de modo que, sem homens públicos à altura, a república tornara-se inviável na pátria brasileira<sup>27</sup>.

Mas as críticas do jornalista não se relacionavam apenas à incapacidade administrativa dos republicanos, como também à malversação das verbas públicas. Tal perspectiva ficou demarcada no editorial "Bem bom!", no qual denunciava o gordo subsídio que viria a ser

---

<sup>27</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 15 set. 1892. A. 1. N. 12. p. 1.



pago aos deputados durante a prorrogação das sessões do Congresso, fato visto como algo que tristemente confirmava a imoralidade que vinha lavrando em quase todos os ramos de administração republicana. Segundo ele, até poderia ser dado com bem empregado esse dinheiro extorquido ao contribuinte, se, porventura, houvesse certeza de que a partir de tal prolongamento se visse sanadas as dificuldades que assinalaram aquele trecho da vida histórica nacional. Entretanto, conjeturava que, desgraçadamente, tudo levava a crer que a mesma esterilidade nas medidas de salvação continuaria predominante, bem como a retórica continuaria a endeusar os homens da governança e tudo emperraria no lutulento *status quo*, que tão tremendos prejuízos vinha causando ao desenvolvimento da atividade e do progresso brasileiro<sup>28</sup>.

Artagão aproveitava a oportunidade para estabelecer um diagnóstico amplamente negativo acerca da política econômica brasileira desde novembro de 1889, explicando que, após o primeiro ano de república, quando o sistema econômico fora esbandalhado, correria no Congresso o grito tardio do alarme, tratando cada qual de propor uma solução que chegasse a tempo de estancar os males causados pelas emissões bancárias. Diante do quadro que pintava como desesperante, indicava que muito se discutira, mas nada fora resolvido, refletindo a triste verdade de que a república não tinha um único homem entendido em matéria econômica, resultando em situação catastrófica cujos efeitos eram penosamente sentidos pelo povo, frutos dos

---

<sup>28</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 16 set. 1892. A. 1. N. 13. p. 1.

erros dos economistas republicanos. À questão de tal incompetência, o escritor acrescentava a má-fé, declarando que a prorrogação nas sessões do Congresso não passava de um pretexto para favorecer a algibeira dos supostos representantes da soberania popular, diante do que deveria se dar o veemente protesto do povo<sup>29</sup>.

A abordagem do editorial a respeito da pouca fé na honestidade dos homens públicos era mais uma vez a ocasião para traçar um paralelo com os tempos monárquicos, afirmando o redator que o velho imperador, que jamais deixara de zelar pelo emprego dos dinheiros da nação, sempre se opusera às despesas condenadas pelo patriotismo e pela abnegação. Argumentava que, a república, ao contrário, não se dignava a ver que o povo paciente já se achava por demais onerado, de modo que seria impossível acreditar na moralidade dos homens da república. Diante disso, destacava que não havia como deixar de olhar saudoso para o passado que não ia longe, e durante o qual teriam sido escritas as páginas mais brilhantes do desinteresse e do patriotismo. Afiançava que o dinheiro nunca sujara os pergaminhos dos parlamentares da monarquia, pois eles não faziam da política um cômodo meio de vida, buscando honrar o seu glorioso mandato, interessando-se com amor por todos os interesses vinculados ao desenvolvimento da pátria. Para corroborar com sua ideia, dizia que os políticos da época imperial haviam quase todos morridos pobres, ainda mais porque o exemplo de civismo partia de cima, pois o imperador, ao

---

<sup>29</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 16 set. 1892. A. 1. N. 13. p. 1.

morrer, não teria sequer o dinheiro para as tábuas de um ataúde modesto. Comparativamente, asseverava que na república o processo era outro, servindo os postos públicos para enriquecer os seus felizes proprietários, de modo que a imoralidade continuava a prolongar-se nas bancadas dos supostos delegados do sufrágio popular<sup>30</sup>.

Um tema bastante debatido pelo jornalismo brasileiro da virada do século acerca de um projeto para estimular a imigração chinesa para o Brasil não escapou às análises de Mário de Artagão quando redigia *A Actualidade*, servindo mais uma vez como mote para atacar os detentores do poder. No editorial “O Chim”, dizia que era uma nova escravidão que começava, pois, muito em breve, cortando as águas, seriam vistos os navios negreiros conduzindo *chins* aos montões. Diante disso, exclamava que titânica fora a luta que o império sustentara para destruir o fatal legado das velhas gerações coloniais, em um quadro pelo qual o trono e o povo teriam lutado desesperadamente contra os capitais emperrados da lavoura escravocrata, tendo vencido pela tenacidade. Segundo o jornalista, com aquele procedimento, a república estaria a desfazer tal esforço, analisando o projeto de imigração chinesa como um verdadeiro presente de grego para a malfadada pátria brasileira. O escritor qualificava o *chim* como uma entidade servil que iria obedecer e amoldar-se às condições negregadas de uma escravidão brutal, diante do que os fazendeiros iriam esfregar as mãos de

---

<sup>30</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 16 set. 1892. A. 1. N. 13. p. 1.

contentamento, sem esquecer de abençoar a república que lhe dera pasto para cevar a ganância criminosa<sup>31</sup>.

Buscando referenciar a experiência norte-americana, Artagão considerava a imigração chinesa como um flagelo para os costumes e um perigo para a altiva nacionalidade brasileira. Entretanto, dizia que estaria a perder tempo em semelhantes considerações, uma vez que eram palavras que não chegariam aos ouvidos do presidente da república, o qual não teria um instante para atender às reclamações do povo. A tal argumento, acrescentava que, entre o fazendeiro que queria lombos para o chicote e entre o povo que pedia garantias para a sua raça ameaçada, o presidente não iria vacilar, pois aquele dispunha de votos e dinheiro, ao passo que este, quando muito, poderia dispor do ódio com que costumava amaldiçoar a memória dos falsos patriotas. Na concepção do jornalista, o Brasil era um país de poucas liberdades naquele momento, de forma que não seria de admirar que se instituisse a escravidão da raça amarela, quando, havia três anos, já era suportada a escravidão da raça branca. Perante tais constatações, ele dizia escrever com uma dor que mordida a sua alma, a qual estava saudosa dos tempos inolvidáveis das passadas grandezas nacionais<sup>32</sup>.

Uma das tantas questões levantadas pelos críticos ao autoritarismo governamental republicano era o excesso de militarismo e a utilização das forças armadas para a garantia do regime. Mário de Artagão também

---

<sup>31</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 17 set. 1892. A. 1. N. 14. p. 1.

<sup>32</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 17 set. 1892. A. 1. N. 14. p. 1.

dedicaria algumas das páginas da *Actualidade* a tal tema, lançando profundas críticas às autoridades governamentais que, através de intrigas urdidas, haviam forçado a transferência de um militar. Segundo o jornalista, tal oficial trouxera benefícios valiosíssimos à causa da ordem, do sossego e da disciplina, mas se negara a ser um simples títere nas mãos dos homens públicos, pouco se importando com a cor política de quem quer que fosse reclamar-lhe a proteção, conquistando o respeito e a admiração de todos. Diante disso, o redator denunciava que a influência e as conveniências da politicagem estavam desgraçadamente atirando para segundo plano os galões dos briosos militares, uma vez que o governo não queria soldados, e sim instrumentos da sua política, transformando em criminoso o militar que não quisesse tomar parte nas lutas políticas a favor dos governantes. Ele vaticinava ainda que o presidente da república deveria tomar cuidado com as perseguições movidas contra seus irmãos de armas, as quais um dia poderiam vir a ser fatais para as suas pretensões<sup>33</sup>.

Ainda sobre os excessos de força e militarismo governamental, Artagão publicaria o editorial “A Guarda”, no qual questionava a formação de tal aparato militar na capital federal, apontando que alguma coisa de fatídico deveria agitar o cérebro cansado do presidente da república. De acordo com o jornalista a formatura da Guarda Nacional no Rio de Janeiro poderia parecer um episódio burlesco, se atrás dela não se ocultassem desígnios por demais graves. O redator

---

<sup>33</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 18 set. 1892. A. 1. N. 15. p. 1.; e 20 set. 1892. A. 1. N. 16. p. 1.

lembrava que todos conheciam o encarniçamento da guerra que os antigos propagandistas republicanos haviam movido sempre à formação dos batalhões da Guarda Nacional, típicos da época imperial, zurzindo com sanha a nomeação dos oficiais e lançando sobre estes o riso da chacota e o cáustico do ridículo. Dizia também que os republicanos propalavam que a monarquia tratava de militarizar a Guarda em benefício e apoio ao terceiro reinado e que os propagandistas guerream a criação de batalhões convenientemente instruídos<sup>34</sup>.

Nessa linha, o escritor argumentava que, diante de tal atitude hostil, seria de esperar que, implantada a república, fossem para sempre banidos esses galões desfrutáveis, na frase costumeira dos demagogos, mas que isso não ocorrera, com a colocação das forças militares essencialmente a serviço da manutenção dos detentores do poder. Essa atitude era vista como uma incongruência, com o fim único da ostentação de força, uma vez que o presidente da república, amedrontado com a dissidência por ele cavada no seio do valoro exército, procurara na Guarda Nacional o esteio que em ocasião precisa lhe seria negado por muitos dos seus antigos companheiros, vítimas da injustiça presidencial. Perante tais questões, o jornalista argumentava que todas as considerações levavam à crença de que o presidente sentia-se vacilar no pedestal da prepotência, erguido sobre os ombros da guarda pretoriana, prevendo que tal pedestal se assentava sobre um

---

<sup>34</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 22 set. 1892. A. 1. N. 18. p. 1.

cimento fraco que com certeza ruiria ao primeiro grito soltado do seio das casernas<sup>35</sup>.

Nos últimos números de setembro de 1892 escassearam os editoriais da lavra de Mário de Artagão e o caráter incompleto da coleção não permite o acompanhamento da continuidade de sua campanha em prol da monarquia. Mas essas edições iniciais da *Actualidade* dão uma ideia bem precisa de sua incansável pregação, a qual se tornaria cada vez mais arriscada diante do acirramento do autoritarismo governamental. O jornalista seria duramente perseguido, resistindo enquanto pode, mas a intensificação das ameaças e a ferrenha repressão oficial que praticamente calou a imprensa no país todo, acabariam, em maio de 1894, por afastar o redator do jornal que criara. Em breve nota publicada na *Actualidade*, a empresa informava que o chefe e amigo Mário de Artagão abandonara positivamente a imprensa política do país, buscando na tranquilidade do lar o consolo para muita desilusão e sofrimento. Explicava que a literatura e o magistério passariam a contar com a plena dedicação e atividade de Artagão, ficando fechadas as colunas do periódico para a política, passando a trabalhar exclusivamente para o progresso citadino<sup>36</sup>.

Era mais um jornal que tinha de desistir de seu norte editorial diante da coerção governamental que não poupou esforços para calar qualquer publicação que não estivesse afinada com o *status quo*. Mário de Artagão

---

<sup>35</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 22 set. 1892. A. 1. N. 18. p. 1.

<sup>36</sup> A ACTUALIDADE. Rio Grande, 4 maio 1894. A. 2. N. 526. p. 1.

efetivamente cumpriria a palavra expressa na nota publicada na *Actualidade*, dedicando-se a partir de então às atividades docentes e à criação literária. Progressivamente, os escritos do poeta iriam se afastando das intestinas lutas político-partidárias e mais se internalizariam em direção a questões sentimentais ou a outras convicções do autor que não aquelas vinculadas às convicções monárquicas. Tal processo se tornaria cada vez mais evidente, notadamente a partir dos anos iniciais do século XX, quando o escritor se mudaria definitivamente para Portugal.

Assim, Mário de Artagão representou bem a contento o intelectual de seu tempo, lançando em seus escritos uma carga cultural adquirida ao longo de suas leituras, de seus estudos e de suas vivências e atuando em diversas áreas do conhecimento humano. A sua ação como escritor teria, entretanto, um caráter *sui generis* em relação a muitos de seus coetâneos, pois, além de se opor aos modelos autoritários implantados no Brasil e no Rio Grande do Sul, ele colocou-se em verdadeira resistência ao mesmo, e defendeu enfaticamente o retorno à forma de governo decaída. Foi uma época extremamente difícil para a liberdade de expressão, sendo perseguido qualquer um que questionasse o regime vigente, de modo que tal cerceamento era ainda muito mais severo para com aqueles que arvoravam o ideário monárquico. Convicto de suas ideias, Artagão propagou-as abertamente nas páginas do jornal *A Actualidade*, atitude que lhe custou extremamente caro, fazendo com que tivesse, a fórceps, de abandonar as lides do jornalismo militante.



## O dramaturgo Mário de Artagão - *Janina* (1907)\*

Mário de Artagão foi poeta, jornalista, professor, filósofo, conferencista, administrador escolar e polemista, bem como não deixou de também apresentar uma interseção com a produção teatral (FISCHER, 2014, p. 24-25). A experiência do escritor na seara da dramaturgia manifestou-se mais diretamente através da criação da peça intitulada *Janina*. A elaboração da peça deu-se em um momento histórico no qual o Rio Grande do Sul se recuperava de uma ferrenha guerra civil que dividira o estado entre as forças governistas e as oposicionistas, as quais se rebelaram contra o autoritarismo situacionista, desencadeando a chamada Revolução Federalista. Na virada do século XIX para o XX, encontrava-se em excursão artísticas pelas cidades sul-rio-grandenses a atriz italiana Zaira Tiozzo. Tal companhia teatral teve sua ação restringida, ainda que tivesse se esforçado representando, pois o luto, a tristeza e a exiguidade de recursos pecuniários eram extremos em todas as localidades, chegando os artistas a passar por privações e fome. Diante de tal quadro, a atriz procurou Artagão, propondo que ele escrevesse um drama no qual ela fosse a protagonista. O escritor gaúcho aceitou a proposta e, três semanas depois,

---

\* Texto adaptado a partir de artigo publicado na Revista *Historiae*. Rio Grande: Editora da FURG, 2017, v. 8, n. 2, p. 97-114.

concluía *Janina*, composta em três atos, a qual, sob a presença do autor, foi vertida para o italiano e representada oito vezes seguidas, produzindo significativa renda (FREITAS, 1907, p. 1).

Acerca do contexto no qual se passava sua peça teatral, Artagão explicava que ao elaborar sua obra pressupunha uma atualidade em que estivessem vigorando leis sobre o divórcio absoluto. Além disso, esclarecia que a ação do drama se passava no Rio de Janeiro, capital brasileira. O escritor também informava que os direitos de representação do drama, na sua versão para o italiano, pertenciam à atriz Zaira Tiozzo e que, sem licença do autor, tanto em Portugal como no Brasil, não poderia ser representado no original português.

Em primeiro lugar, o novel dramaturgo definia o rol de seus personagens: Raul de Aguiar - 1º marido de Janina - deputado; Mendes Brito - deputado; Miguel de Ataíde - deputado e advogado; João Ramos - jornalista; Carlos da Fonseca - poeta, filiado ao anarquismo; Gustavo Amaral - 2º marido de Janina - negociante; Melo Dantas - banqueiro; Dr. Alvim - médico; Janina - a divorciada; Clara - amante de Raul; Laura Brito - esposa de Mendes Brito; e três fâmulos (ARTAGÃO, 1907, p. 5, 7 e 192).

Revelando as condições de então, quando os recursos eram escassos, o ambiente proposto por Mário de Artagão para compor o cenário primava por certa simplicidade. Assim o Ato 1 se passava em uma sala cheia de conforto em casa de Raul de Aguiar, havendo disposição elegante nos adornos, aqui e ali mezinhas para fumantes, poltronas, jardineiras; ao fundo, de ambos os lados, sobre consolos artísticos, eram vistos

candelabros; aparecendo ainda, sobre a mesa, ao centro, um tímpano e um lampião com quebra-luz (ARTAGÃO, 1907, p. 9).

Na cena 1, ocorria o encontro de Clara, Raul e Miguel de Ataíde, travando-se os primeiros diálogos, com a retirada da primeira para que eles discutissem temas políticos. Raul tratava Clara com gestos de carinho, mas Ataíde fitava-a com fugitivo desdém. Em seguida, na cena 2, Ataíde quase segredava a Raul que sua esposa estava a chegar, ao que este respondia, sem se perturbar, que já o sabia. Ataíde estranhava a extrema calma de seu colega, justificada pela certeza de que a esposa não viajaria sem o seu consentimento. Ainda assim, Ataíde apelava para a velha amizade entre eles, como companheiro de academia e na mesma bancada do parlamento, irmanados nas mesmas crenças políticas, além de ser seu padrinho de casamento, para tratar de um assunto malfadado. Mesmo contrariado pelo amigo envolver-se com sua vida privada, Raul aceitava que ele expressasse suas ideias (ARTAGÃO, 1907, p. 9-15).

Diante disso, Miguel de Ataíde revelava o papel de Clara, ou seja, ela era a amante, recebendo qualificativos extremamente negativos:

Essa mulher com quem vives há um ano em mancebia escandalosa e de cuja fidelidade tenho motivo para duvidar... essa mulher usurpadora dos carinhos que deverias distribuir à tua esposa amorosa; essa mulher que te prende torpemente nos asfíxiar dos seus braços impudicos... Essa mulher indigna e mercenária deve ser, custe o que custar... deve ser – compreendes bem? – deve ser já e já enxotada desta casa! (ARTAGÃO, 1907, p. 16-17)

Assombrado, Raul pedia para o colega apressar-se em sua peroração, para depois gracejar, com ar de mofa, atribuindo ao amigo uma ótima atuação em sua toada trágica. Perante tal reação, Ataíde atalhava seu interlocutor, solicitando que ele deixasse de gracejos e levasse o assunto a sério, em respeito à Janina, passando a discorrer sobre a mesma, revelando o olhar idealizado acerca da esposa:

Eu conheço o coração de Janina. Não é mulher que sofra impunemente os ultrajes com que lhe estás a ferir a santidade do lar. Mais de uma vez, tu comigo, a ouvimos dissertar sobre estes trechos cruciantes da vida conjugal (...). Melhor do que eu, observaste o seu espírito superior; sabe ser altiva; ama-te com delírio; e tu percebes que uma mulher, que tais atributos possui, não pode passivamente receber a afronta de ter os lábios de seu marido manchados pelo hálito de uma amante!... (ARTAGÃO, 1907, p. 17-18)

Raul dizia que tudo aquilo não passava de fantasias de romance e, sorrindo, afirmava que o amigo sempre fora exagerado, além de não ser o homem ideal para discutir o que denominava de pecadilhos veniais, uma vez que era solteiro. Apelando para o companheiro, Raul defendia que os casados pertenciam a uma confraria, cuja solidariedade nem a política, nem as religiões, nem os ódios de nacionalidade conseguiriam jamais subverter, utilizando-se para tanto do chavão: “Todos por um, e um por todos!”. Diante de tal afirmação, Ataíde concluía que o amigo pretendia que, em se tratando de um casal, o homem tinha o direito da

infidelidade. Diante disso, Raul não só concordava, como completava, enfatizando que a mulher ficava com a casa para governar e os filhos para cuidar. Levando em conta essa ideia, Miguel de Ataíde argumentava que aquele poderia ser o caminho para a dissolução da família e para a mais pavorosa das derrocadas sociais. A partir daí passavam a debater sobre a legislação que permitia a separação conjugal recentemente votada por eles no parlamento (ARTAGÃO, 1907, p. 18-21).

Enquanto Ataíde defendia um divórcio com restrições, Raul era favorável ao divórcio absoluto, exatamente aquele que fora promulgado. Questionando o amigo, Ataíde perguntava se ele fizera obra para uso pessoal, ao que o outro respondia com energia, expressando em sua fala a perspectiva da “esposa ideal”, demarcando mais uma das condições sociais esperadas da mulher de então, notadamente no que tange à submissão:

És injusto e agressivo! Eu nunca pensei em me divorciar. Amo a minha mulher; quero-a para a perpetuidade do meu nome; só dela desejo filhos com a mesma mansuetude no olhar, com a mesma impecabilidade na alma... Mas quando a nossa vida, por uma circunstância qualquer, tivesse de correr em uma atmosfera incômoda de doestos e recriminações, eu abertamente preferiria lançar mão desse recurso que me faculta a lei, dando à mulher a tranquilidade a que tem direito, e ao homem a liberdade, que é o seu mais legítimo atributo. (ARTAGÃO, 1907, p. 21-22)

Tal percepção era vista por Ataíde como um delírio ou um gracejo, ao considerar que a tranquilidade não poderia jamais existir para um casal divorciado, o que seria agravado no caso da existência de filhos. O diálogo que se seguia, mantendo o debate acerca do divórcio, revelava a visão amplamente negativa da época a respeito da mulher que traía os votos conjugais:

**Raul:** Pretendes tu então que um homem infamado pela mulher leva a abjeção ao ponto de continuar a perfumá-la e enfeitá-la para as entrevistas amorosas da traição?! **Ataíde:** Não! Isso seria indecoroso! E o divórcio neste caso impõe-se. Mas trata-se tão somente de uma separação de leito, que é um castigo implacável para a adúltera, não consentindo que ela leve a um novo lar a mesma sanha da desonra e a mesma bofetada ao pudor... **Raul:** E dado o caso em que ela, aspirando a um novo amor, se possa regenerar? **Ataíde:** A regeneração na penitência das lágrimas é mais justa do que a regeneração nos braços de outro homem! (ARTAGÃO, 1907, p. 24-25)

Na cena 3, Clara voltava à sala onde os dois se encontravam, chamando atenção para o que denominava de inexplicável severidade com que era tratada por Ataíde. Ela revelava que ouvira toda a conversa e alegava que o amigo queria afastá-la de Raul, que a tranquilizava, dizendo-lhe que nada deveria recear, pois aquele não passava de um puritano excêntrico, possuidor do mais belo dos corações. Clara insinuava que gostaria de sair para ouvir música e, contando com a aquiescência de Raul, saía faceira e

dedicando carícias ao amante (ARTAGÃO, 1907, p. 26-28).

Raul e Ataíde voltavam a ficar sozinhos na cena 4, retomando seu diálogo, no qual este perguntava à queima roupa para aquele como ele conseguia conciliar o afeto que dizia dedicar à esposa, com a existência escandalosa de sua mancebia. A resposta de Raul trazia em si as imagens então construídas acerca da esposa e da amante, além das asserções utilizadas para justificar a traição de parte do marido como um ato aceitável:

Nada mais fácil, meu caro! O amor que votamos à nossa esposa nada tem de comum com as complacências concedidas às amantes. Uma amante pelo valor que tem; a outra, pelo valor que lhe damos. Aquela é soberana pelo respeito; esta é soberana pelo capricho. Um homem, como eu, em que o povo delega a sua representação, e que por efeito de tal missão se vê forçado a ausentar-se longamente da esposa, não pode, tu bem o compreendes, levar uma vida contemplativa de anacoreta. (ARTAGÃO, 1907, p. 30-31)

Revelando uma posição oposta, Ataíde defendia todos os direitos nivelados entre homens e mulheres, de modo que, quanto à fidelidade, considerava que a sociedade não poderia dividir-se em condescendências para o homem e anátemas para a mulher. A seguir, se estabelecia um debate no qual Raul defendia arduamente o direito do marido a romper com os laços da fidelidade matrimonial, sendo questionado pelo colega:

**Raul:** Mas tu discutes como um fantasista. O homem foi feito para as grandes emoções, para as lutas do exterior, para os perigos, para as formidáveis seduções. Pertenceu a mil mulheres antes de pertencer à esposa; e quando com ela trocou a aliança nupcial, já trazia a experiência das alcovas profanadas. E tu queres confinar esta brutal expansão amorosa no lírio de uma só boca!

**Ataíde:** Aqui está quem religiosamente o faria.

**Raul:** Por exceção doentia... **Ataíde:** Por decoro...

**Raul:** ... quando a paternidade fizesse esfriar as ilusões do noivado. **Ataíde:** Justamente. **Raul:**

Bem se vê que não pertences ao rol dos homens emancipados! **Ataíde:** E quero ir mais longe.

Demos de barato que te assista o direito de prevaricares; admitamos como legítimo esse pecado a que chamas venial, nada vejo, porém,

que legitime a afronta que fazes à tua mulher e à sociedade, mantendo uma amante a que te liga

um capricho, quando este novo lar é um perigo e a mancebia uma vergonha! **Raul:** Devagar, meu

caro Ataíde! A responsabilidade dos meus atos só a mim pertence. Clara é boa e afetuosa pela

conduta irrepreensível tem-se tornado digna da minha proteção; e eu não posso enxotar a sangue

frio essa mulher, que me compreende, que me estima e que mais de uma vez me tem estado à

cabeceira em febre! **Ataíde:** Tens-lhe, portanto, amor! **Raul:** Não direi tanto... mas simpatia,

tenho-lhe deveras! **Ataíde:** Estás caindo em uma confissão aviltante. (ARTAGÃO, 1907, p. 31-35)

Ataíde continuava a questionar o que considerava como uma anarquia de espírito do amigo, dizendo que ele fingia ignorar que a viagem repentina



da esposa era fruto da dor, do ciúme e da afronta, ao que Raul respondia que o colega estava errado, pois sua mulher tudo ignorava, sendo sua possível chegada motivada apenas por saudades. Ataíde lembrava as consequências daqueles atos e, diante da perspectiva da continuidade das atitudes do amigo, insinuava que sua amante poderia estar a traí-lo, afirmando que Raul permaneceria aproveitando-se da ausência da esposa para pagar camarotes para a *outra* ir aplaudir um húngaro de bigodes fartos (ARTAGÃO, 1907, p. 35-36).

Provavelmente por um erro de impressão, a próxima cena também recebia o número 4 e nela conversavam, além de Raul e Ataíde, dois novos personagens que surgiam, o outro deputado Mendes Brito e o poeta anarquista Carlos da Fonseca. A conversa concentrava-se em torno da política, mormente no debate entre Ataíde, propugnando a ordenação institucional e Fonseca, defendendo o anarquismo. Na cena 5, o jornalista João Ramos somava-se à conversação que passou a versar sobre temas variados como impostos, capital internacional e as condições de vida do operariado (ARTAGÃO, 1907, p. 37-58).

Clara em traje de espetáculo juntava-se aos demais interlocutores na cena 6 e, enquanto todos brindavam, Janina entrava em cena para estupefação geral. Em seguida iniciava-se a cena 7, na qual Janina estranhava o assombro de Raul e tinha a atenção chamada pela bela empregada que o marido tinha a seu serviço. A esposa confundia Clara com uma criada, chamando a rapariga para que lhe ajudasse a tirar o chapéu. Janina acabaria por perceber a real situação, passando a implorar que o marido enxotasse a outra mulher de sua casa. Diante da perplexidade dos

presentes Raul pedia desculpas aos amigos por aquilo que chamou de trecho de melodrama, no qual sua esposa estaria desvarada (ARTAGÃO, 1907, p. 59-66). Como Clara só viria a sair do ambiente pela intervenção de Ataíde, Janina, em desespero, mostrava toda a sua agonia diante da traição do marido, trazendo à reflexão, mais uma vez, a idealização da figura da esposa naquela época:

Infâmia! E foi esse o homem a quem confiei a defesa da minha honra! E foi esse o homem a quem dei meus lábios a beijar! Meu Deus! De quanta lama fizeste tu essa abominável criatura, que é na terra todo o teu orgulho! Como é que há um coração que possa conter a lepra de tanta ignomínia? Como é que se prolonga no colo de uma amante a toda carinhosa que um lábio santo segredava ao ouvido de uma esposa?! Como é que o mesmo joelho se pode vergar no lar e nos prostíbulos? Não! Não! Este homem nunca me teve afeto. O seu amor era a eclosão de um capricho; era a mentira no disfarce sagaz de palavras doces, que dos leitos impudicos trazia decoradas! E a mão não lhe tremeu quando lhe entreguei, às cegas, destino e mocidade! Bárbaro! Amei-te, como se pode amar aos vinte anos, quando o rubor de noiva nos trai o primeiro estremecimento de segredos adivinhados... Amei-te com delírio, sofregamente, na exaltação de toda a minha alma sonhadora... Nas minhas horas de concentração, dorida e ansiosa, o meu espírito ávido de carícias, voava para ti! E eu buscava-te a frente, buscava a proteção do teu peito generoso, no mesmo instante em que uma mulher desprezível, com o seio desnudado por cem

## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

mãos, entrava contigo para a alcova das grandes abominações... Deus! Meu Deus! Que dor e quanta infâmia! (ARTAGÃO, 1907, p. 66-68)

Diante da insólita circunstância, todos se retiravam da casa, Ataíde foi o único a oferecer ajuda à Janina, que se dizia desiludida, sentindo-se ela sim a mísera enxotada e afirmando que a separação era fatal. Buscando inverter a situação, Raul concordava com perspectiva da separação, pois seria aquilo que a sua dignidade impunha, dizendo que semelhante desfecho era o único recurso possível para um escândalo, por ele considerado como risível. Ainda acometida pela aflição, Janina apelava para Ataíde de modo que ele, como advogado assumisse a sua causa. Contando com a aceitação dele, a esposa traída fez apenas um pedido, que seu representante obtivesse da separação apenas um berço, adquirido pelo casal, na expectativa da vinda dos filhos, revelando que a protagonista somava em sua personalidade mais uma das características essenciais à função social esperada de parte da mulher - a vocação para a maternidade. Na saída de Janina, Raul ainda tentaria um último apelo, ao que ela respondia afirmando que tudo estava acabado. Caía o pano e terminava o primeiro ato (ARTAGÃO, 1907, p. 68-73).

No segundo ato, o cenário deveria representar um gabinete luxuoso, com janelas laterais, buscando demonstrar uma noite de baile na casa do banqueiro Dantas, ouvindo-se, a espaços, uma orquestra por detrás dos bastidores. A cena 1 trazia mais uma vez um diálogo entre Raul e Ataíde, no qual este perguntava se o amigo havia encontrado Janina novamente, obtendo por resposta que sim, entretanto apenas uma única vez, mas

que continuava procurando-a. No cerne da conversa, Ataíde acabava por fazer uma referência à libertação feminina, afirmando que Janina fora sempre a mulher das extremas resoluções, pois no seu espírito já existia a apregoada emancipação moral de que tanto falavam os teóricos da propaganda feminista. Diante da fala do companheiro, Raul dizia que casara com uma doente, ao que seu interlocutor argumentava que ele casara com um anjo, uma vez que a emancipação moral - uma soberania encantadora pelo dever - não deveria ser confundida com a emancipação intelectual - uma soberania desastrada pela ambição (ARTAGÃO, 1907, p. 75-78).

A conversação voltava-se ao paradeiro de Janina e à retomada do debate entre o divórcio relativo e absoluto. Mais uma vez ficavam evidenciadas as diferentes visões de ambos quanto à igualdade de direitos entre homens e mulheres, mormente se a traição partisse do lado feminino:

**Raul:** E a bala para que serve? Pois ousas acreditar que Janina pudesse esta hoje viva, se eu a tivesse surpreendido em pecado contra a minha honra? **Ataíde:** É pavoroso o que estás a dizer! O divórcio não foi feito para defender tão somente a honra de um homem. Mais do que isso, deve ele aproveitar à mulher, que também tem a sua honra maltratada na mancebia do marido, e que também tem a sua liberdade a reivindicar nas crueldades do seu algoz! (ARTAGÃO, 1907, p. 78-84)

Outra revelação viria na conversa entre Ataíde e Raul, no momento em que este lamentava que as provas

de traição daquela abominável especuladora – referindo-se à Clara – não tivessem chegado antes. Na resposta de Ataíde, afirmando que Clara viria a trair também seu próximo parceiro, ficava evidenciado mais um estereótipo quanto ao feminino, definindo que ela tinha o parentesco das flores, sendo uma feitas para o desabotoar das alvoradas, e outras para o estonteamento das noites pecaminosas. Raul dizia ainda que aquele momento fora decisivo para a sua vida, perdendo inclusive o fulgor na sua ação parlamentar, diante do que era consolado pelo amigo (ARTAGÃO, 1907, p. 85-87).

Nas cenas 2, 3 e 4, com variações quanto aos interlocutores, Raul, Ataíde, Fonseca, Mendes Brito e Melo Dantas travavam longa conversa sobre assuntos como anarquismo, relações de capital e condições de vida do proletariado. À conversa, na cena 5, Laura Brito viria a se juntar, surpreendendo-se ao ver que eles tratavam de política, imaginando que o tema preferido dos homens estava relacionado às mulheres. A partir daí o assunto voltava-se à questão da fidelidade masculina (ARTAGÃO, 1907, p. 87-108).

Em seguida, na cena 6, se dava a virada na estória, quando Janina aparecia na festa, conduzida pelo banqueiro Melo Dantas até uma poltrona para receber o ar que vinha do jardim, visando a uma melhora em relação ao mal-estar que sentira. A cena 7 era marcada pelo reencontro de Janina com Raul, que, com paixão, pedia que ela não o repelisse. Daí em diante se estabelecia um ambiente de comoção, marcado pelos repetidos pedidos de perdão por parte de Raul, sem contar com a aceitação de Janina. Ainda que profundamente arrependido, ele não abandonava suas

convicções quanto às relações matrimoniais, declarando que ela não podia repudiá-lo, apontando-a como a “sua mulher”, em clara alusão à noção de propriedade. Gustavo Amaral, o novo esposo de Janina, aparecia na cena 8, Raul surpreendia-se, exclamando que aquele deveria ser o amante de Janina, ao que ela respondia com altivez que na verdade tratava-se de seu marido. Era o encerramento do segundo ato (ARTAGÃO, 1907, p. 108-130).

Em meio ao diálogo entre Raul e Janina, ela revelava as dificuldades que encontrara após o divórcio, demarcando os possíveis obstáculos de cunho social colocados em frente à mulher que se separasse:

O que tenho sofrido, depois que me abandonou, é uma história de horríveis dilacerações, que em plena mocidade me povoam a cabeça de cabelos brancos! Jamais saberá como fere a punhalada do ciúme! Jamais conseguirá compreender como nos mata a carícia que o homem adorado leva aos lábios de uma amante! Eu sofri tudo isso... e sofri muito mais, quando o vi em liberdade... quando abandonei o terreno, que os pés de uma rival pisavam triunfantes! Quisera que contasse as minhas lágrimas, derramadas no mais pungente isolamento, sem uma mão amiga para as estancar, sem uma palavra de conforto para as reprimir... O senhor era pobre; foram fracos os recursos que me deixou (...). Para viver, tive que lutar com desespero. Estas mãos, que tantas vezes beijou, costuraram durante muitas noites a roupa dos marujos; estes olhos, que tantas vezes acariciou, fitaram avermelhados a eclosão repetida das madrugadas (...) e quando eu me via desprezada, humilhada, sem um único olhar que

## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

descesse a bondade sobre o meu martírio, quando tudo me fugia no aniquilamento das minhas belas aspirações, chegava a invejar as crianças orfanadas, porque tinham a comiserção das almas boas; chegava a debruçar-me sobre a sepultura, porque tinha um recanto onde sei que adormecem todos os sofrimentos... (ARTAGÃO, 1907, p. 121-125)

O terceiro e último ato se dava em uma sala na casa do negociante Gustavo Amaral, na qual havia ao fundo uma escrivaninha com gavetas, ao centro uma mesa ladeada por poltronas e os ângulos eram ornados com floreiras. A cena 1 trazia a conversa entre Amaral e o Dr. Alvim. O médico dizia que a saúde de Janina requeria muitos cuidados, notadamente quanto às emoções, por se tratar de um caso muito sério, ou seja, uma moléstia do coração que tivera uma agravação repentina. O diálogo se voltava para a razão do agravamento da doença, ligado ao encontro com Raul, diante do que Amaral manifestava profundo ciúme, ao passo que Alvim aconselhava confiança em Janina, cujo comportamento fora sempre irrepreensível. Em meio à conversa, Gustavo Amaral afirmava ter descoberto a razão do divórcio de Janina, quer seja, o ciúme dela para com o primeiro marido. Olhando pela janela, Amaral enxergava Raul, exclamando que ele vinha rondando sua casa (ARTAGÃO, 1907, p. 131-144).

Com o diálogo entre Amaral e Janina iniciava-se a cena 2. A conversa passava a girar em torno do profundo ciúme que o novo esposo sentia em relação à primeira relação de sua mulher. Apesar de demonstrar seus sentimentos para com a esposa, Amaral não

conseguia aceitar a situação de ter desposado uma divorciada, revelando um olhar à época latente no que se referia à mulher descasada:

Creio-te cegamente! Mas nem por isso posso afugentar a ideia que se me encasquetou neste espírito atribulado... É essa, a atroz verdade, minha filha! Um homem, que tem a experiência dos quarenta anos, não deve procurar mulher no rol ambíguo das divorciadas!... Não te magoe este meu modo de pensar. Quando te vi pela primeira vez em uma encantadora compostura de modéstia (...) estava longe de pensar que pudesses ter tido no lar de um outro homem o afeto que eu só te o quisera dar. Fazia-te uma ingênua, na camaradagem de uma velha mãe, a lutares honestamente pela vida. (...) Mas eu te quisera virgem de um abraço; quisera que tivesses experimentado neste peito o primeiro estremecimento do amor (...). Sim! Eu sabia isso tudo; e dificilmente poderás calcular a dor sofrida, quando me confidenciaste o teu passado, cheio de martírios e de reminiscências. Era tarde, minha amiga! Havia-me fascinado, e eu entrara a amar-te com toda a eloquência de uma primeira loucura. (...) Os meus pressentimentos estão hoje justificados; e eu devera ter compreendido que a minha companheira, por mais que tentasse escondê-la nos meus braços, haveria um dia de topar o homem que lhe esfolhara no leito as flores de laranjeira! Acreditas que a sangue frio se possa suportar a presença de um homem, que foi o primeiro a gozar os carinhos da nossa esposa? (...) A mulher divorciada não tem o direito de fazer a felicidade de um marido, quando um outro, pelo pensamento, vive a desnudar segredos de



## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

encantos já gozados. (...) E só agora percebo a parvoíce da minha infantilidade, quando te dei um nome que não podias honrar. (ARTAGÃO, 1907, p. 145-169).

A fala do marido trazia os sintomas de agravamento da moléstia de Janina que se sentia mal, trazendo no olhar uma extraordinária expressão de orgulho ferido. Iniciava-se a cena 3 com a conversa entre Janina e uma criada, a qual informava que Gustavo saíra para comprar medicamentos para a esposa. Janina era a encarnação da tristeza, manifestando a certeza de que, tal como o primeiro, seu segundo matrimônio estaria a desfazer-se. A cena 4 trazia a intempestiva entrada de Raul na casa dos Amaral, pedindo em desespero uma conversa com Janina, sendo repellido por ela e pela criada. Ainda assim Raul permanecia, estabelecendo-se um diálogo cheio de desespero entre ambos. Ainda que a tônica da fala de Raul fosse voltada ao pedido de perdão, ele não deixava de manifestar o seu sentimento de propriedade em relação à ex-mulher, ao afirmar que a sua posse sobre ela era legítima, pois fora ele que lhe ensinara a soletrar o evangelho azul do todos os seus sonhos de criança. Os argumentos de Raul não convenciam a Janina, que continuava a pedir que ele se retirasse (ARTAGÃO, 1907, p. 169-189).

No seio do diálogo, Janina acabaria por revelar as razões que a levaram a um segundo casamento, demarcando mais uma vez o papel da esposa ideal, fiel até as últimas consequências:

Que importa haver buscado em uma segunda união uma desventura maior, se com isso evitei

## FRANCISCO DAS NEVES ALVES

que a fome atafulhasse em lama um nome que me tinha sido caro?! Não quis... compreendeu-me bem?... não quis que, uma vez atirada ao leito das torpezas, viessem os seus amigos a proclamar que em noite de regabofe haviam desnudado o seio da esposa divorciada! O senhor julgava talvez que o divórcio o pusesse a coberto da desonra! Como revolta esta cegueira!... Os tribunais podem restituir ao marido o valor de todos os seus bens, embrulhados em uma carta de alforria. Mas o que eles não poderão jamais evitar, é que a mulher desamparada leve para os prostíbulos a memória de um homem, que o vinho há de insultar pela boca hedionda da chacota!... (ARTAGÃO, 1907, p. 187-188)

O ápice dramático se dava na cena 5, na qual Gustavo Amaral aparecia assombrado, apanhando uma pistola na gaveta da secretária e apontando-a para Raul. Janina pedia por piedade e Raul, ainda que diante do perigo, mostrava-se desafiador, perguntando ao antagonista em qual escola ele aprendera a assassinar, ao que Amaral respondia que na escola do dever, disparando a arma e ferindo de morte o oponente. A derradeira cena 6 mostrava o desenlace final da trama, pois, com a chegada dos criados, Janina, às portas da morte, tendo em vista a moléstia que a assolava, apanhou a pistola e assumiu o crime. Logo em seguida, ela entra em crise de agonia, caindo o pano pela última vez. Mesmo em seus estertores, a protagonista não deixava de demonstrar sua fidelidade aos dois maridos, assumindo a heroicidade que o autor pretendia atribuir à sua personagem (ARTAGÃO, 1907, p. 189-191).

## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

Em terras gaúchas, tal drama foi apresentado em várias localidades gaúchas pela companhia da atriz italiana Zaira Tiozzo para a qual fora criado, contando com a presença de Mário de Artagão em algumas das apresentações. Foi o caso do espetáculo promovido na cidade de Bagé, em 1900, com grande público. O fato foi noticiado pelo jornal *Opinião Pública*, o qual afirmava que o drama estava escrito com muito vigor, tendo diálogos magníficos, os quais prenderam logo toda a atenção dos espectadores. Por ocasião da representação teatral, foi proferido discurso em homenagem ao autor, declarando que o programa artístico tinha sido modelado em uma arquitetura soberba, cujas formas eram um atestado frisante do quanto era capaz a invejável mentalidade do distinto escritor. Tal manifestação discursiva enfatizava que o dramaturgo apossara-se do público, fazendo-o discutir, racionar e deliberar sobre o problema do divórcio (OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 11 set. 1900, p. 1).

No mês seguinte, as apresentações foram na cidade de Pelotas, uma das mais importantes comunidades sul-rio-grandenses de então. O periódico *Opinião Pública*, mais uma vez divulgou a peça, publicando críticas elogiosas à mesma. Uma delas dizia que a produção artística tinha fogo e entusiasmo, burilamento de palavra e lances de talento que só um intelecto superior poderia produzir, sob o influxo de aprofundado estudo e meditação criteriosa. A matéria jornalística afirmava ainda que, de feitura e essência completamente divorciadas da trivialidade sem sabor dos dramalhões antiquários, aquele trabalho teatral estava assentado nos moldes das produções modernas. Explicava que se tratava de um tema de estudo, rico de

ideação e de concepções práticas sobre as quais, longe de emitir a sua opinião, apresentava constantemente teses e assuntos com margens vastíssimas à preocupação individual de quem as apreciava (OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 16 out. 1900, p. 1).

A reapresentação na mesma cidade levou o mesmo jornal a qualificar *Janina* como um magnífico drama, contando com intenso aplauso do grande público presente. O periódico informava ainda que na ocasião Mário de Artagão desistira da sua parte na receita do espetáculo, em favor da empresa teatral que promovera a apresentação (OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 19 out. 1900, p. 1). A publicação pelotense apresentou outra apreciação do drama-tragédia encenado pela companhia de Zaira Tiozzo, considerando-a como uma peça de alto valor artístico-científico, havendo na obra lances da vida real, copiados pela palheta colorida do artista com uma naturalidade exata. A crítica qualificava o drama ainda como uma inspirada concepção que tocava o auge do sublime, de modo que a lógica de *Janina* era precisa e correta, além do que, as teorias expendidas por ela tinham um elevado valor filosófico (OPINIÃO PÚBLICA. Pelotas, 25 out. 1900, p. 1).

Mais de um lustro depois, quando Mário de Artagão, já em Lisboa, publicou *Janina* no formato de livro, recebeu críticas favoráveis de um intelectual luso. Segundo ele, ao referir-se ao divórcio, o dramaturgo tratava de um tema conhecido e amiúde pulsado na sua época, mas que foi encarado por Artagão de um modo novo, havendo na peça um desdobramento de reflexões domésticas e sociais, sendo tal drama sensato e até moral nas suas ilações, uma vez que a linguagem da obra literária pode ser sugestiva a espaços com fulgurações de

uma notável e arrebatadora eloquência (SENNA FREITAS, 1908, p. 353-355).

Na mesma ocasião, um artigo no jornal *Correio Paulistano* qualificava *Janina* como uma esplêndida criação dramática, uma vez que ela se iluminava de um vivo clarão de ternura e de bondade. A peça teria sido tocada por mãos de mestre e todos os episódios do drama, bem como todas as figuras que se moviam dentro do quadro pungente dessa tragédia doméstica, tinham um grande e singularíssimo relevo. Em relação ao dramaturgo, a matéria jornalística destacava que ele era um lutador incansável que, além de poeta e jornalista, entregava-se a estudos de filologia e de literatura comparada, mantendo-se, portanto, uma entusiástica carreira, de modo que deveriam ainda ser esperados os melhores frutos da florescência do seu talento (FREITAS, 1907, p. 1).

O drama leva em questão a época presente, mas isso não indica absolutamente que é estático, senão somente que há nele um tipo particular de decurso temporal. Nesse sentido, o presente passa e se torna passado, mas enquanto tal já não está mais presente em cena. Assim, ele transcorre produzindo uma mudança, nascendo um novo presente de sua antítese. Dessa maneira, o decurso temporal do drama é uma sequência de presentes absolutos e, como absoluto, o próprio drama é responsável por isso, visto que ele funda seu próprio tempo. Levando em conta tal perspectiva, cada momento deve conter em si o germe do futuro, deve ser “prenhe de futuro”, o que se torna possível por sua estrutura dialética, baseada por sua vez na relação intersubjetiva (SZONDI, 2001, p. 32).

*Janina* trazia em si tal complexidade temporal, bem como, por meio de tal peça, Mário de Artagão expressou mais alguns prismas e vieses de seu pensamento múltiplo. Ele observava o papel da mulher na sociedade e imaginava uma realidade na qual o divórcio fosse algo concreto. Mexia assim com um verdadeiro tabu da sociedade brasileira, desde os seus tempos mais remotos até aquela virada de século e que se arrastaria ainda por décadas no futuro, tendo em vista que tal forma legal de terminar com o matrimônio só seria aprovada no Brasil aproximadamente sete décadas após a edição de *Janina*. O teatro muitas vezes servia também para a discussão de temáticas candentes à moralidade e às condutas sociais, muitas vezes por meio de um olhar crítico e de contestação. Isso ficava evidenciado, por exemplo, nas discussões entre os personagens, utilizadas por Artagão para escancarar as hipocrisias da sociedade mormente no que tange às desigualdades entre homens e mulheres.

Soma-se a tal perspectiva o fato de o drama teatral também ter condições de trazer o sentido de uma inter-relação entre a obra escrita/interpretada e a intenção do autor em promover reflexões junto aos leitores/espectadores. Dessa maneira, “de forma derivada, o adjetivo dramático” poderia “aplicar-se a situações da vida corrente em que se manifestam e desenrolam ações intensas”. Além disso, “diversos jogos, rituais e práticas sociais” ficam envolvidos em “um componente de teatralidade”, o qual “permite pensar que o drama e o espetáculo teatral são fenômenos em direta conexão com o cotidiano”, envolvendo “práticas atravessadas por uma certa intensidade dramática que se projetam em movimentos corporais e em expressões

performativas consumadas num cenário próprio (REIS, 2003, p. 267).

Em *Janina*, Artagão questionava questões sociais e familiares que marcaram a vida nacional por séculos, notadamente no que tange às liberalidades para com os homens e a eterna vigilância sobre as mulheres, sendo a prática da traição aceitável para estes, mas condenável à perda da vida para aquelas. Ainda que promovesse um debate acerca da perspectiva de execução de um divórcio absoluto ou relativo, o escritor rio-grandense colocava o tema em pauta, não deixando de chamar atenção para o fato de que a implantação da forma republicana que ele tanto combatera, trouxera apenas a instauração do casamento civil, mas calara – e continuaria por décadas calada – diante da questão do divórcio, refletindo o conservadorismo latente na sociedade brasileira ao menos no que tange aos seus grupos dirigentes. Ao mesmo tempo, ele mostrava ao público os vários estereótipos estabelecidos acerca do feminino naquela época, passando pela *femme fatale*, a amante traiçoeira, a mulher preparada para a maternidade e a esposa capaz de todos os sacrifícios pelo marido, havendo até uns poucos indícios quanto à emancipação feminina. Assim, em *Janina* ficava manifesto o espírito do monarquista-progressista, demarcando as tantas nuances do ideário daquele poeta e jornalista sulino.

## Referências bibliográficas:

ARTAGÃO, Mário de. *Janina – drama em três atos*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1907.

FISCHER, Antenor. *Dicionário de autores da literatura dramática do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FischerPress, 2014.

FREITAS, Leopoldo de. Livros brasileiros. In: *Correio Paulistano*, São Paulo, 10 jun. 1907, n. 15.739, p. 1.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SENNA FREITAS, José Joaquim de. *Ao veio do tempo (ideias, homens e fatos)*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira Livraria Editora, 1908.

SZONDI, Peter. *Teoria do drama moderno (1880-1950)*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.



# O poeta no exílio e duas de suas obras publicadas em Lisboa: *Rimas pagãs* (1933) e *Feras à solta* (1936)\*

Foi no continente europeu que Mario de Artagão recebeu a educação literária que o extremou da cultura gaúcha em geral, de modo que a leitura de seus versos tinha por significado respirar o clima espiritual europeu, percorrer velhos caminhos do Ocidente e sentir o *pathos* lírico de povos mais velhos, mais próximos da matriz latina. Apesar de um germanismo inicial, suas maiores influências ficariam marcadas pela interpretação de autores portugueses, a partir dos quais deu arras ao seu inconformismo e à sua revolta, da qual passaria ao saudosismo. Foi um pouco de tudo, tendo misturado germanismo e lusitanismo, religiosidade e ateísmo, suavidade e rudeza, constituindo uma curiosa figura, pois conseguia ser ao mesmo tempo rebelde e inquieto, monarquista em política e darwinista em ciência (CESAR, 2006: 317-320). Esse ecletismo do escritor é observável a partir da análise de duas de suas derradeiras obras - *Rimas pagãs* e *Feras à solta*, escritas durante seu autoexílio em terras lisboenses.

O livro *Rimas pagãs* foi publicado em 1933, nas Oficinas da Sociedade Nacional de Tipografia em Lisboa.

---

\* Texto adaptado a partir de artigo publicado na Revista *Navegações*. Porto Alegre: PUCRS, 2014, v. 7, p. 40-48.

Na parte introdutória da obra, intitulada “Asas despertadas”, o autor fazia uma “Invocação à musa”, referindo-se à inspiração para elaborar seus escritos e lembrava seu afastamento das lides literárias por algum tempo, além da diminuição no seu ritmo de produtividade durante seu autoexílio em terras portuguesas, mormente, se comparado com a intensidade criativa de seus anos iniciais como escritor. Nesse sentido, Artagão dizia que andava de todos esquecido, reconhecendo que a culpa para tanto era sua, mas, embora tarde, a musa o tinha de volta, como outrora, turbado pelo hálito florido de tal fonte inspiradora. Ele afirmava ainda que queria achar o céu perdido e de novo encontrar a mesma aurora, na ardente e clara vibração sonora do seu lírico verso adormecido. O poeta invocava a musa, insaciado e cheio de amor, numa febre de anseios fortes, buscando a curva dos sagrados flancos daquela figura mítica, imaginando que ela, como mulher, não se importaria que ele já possuísse alguns cabelos brancos (ARTAGÃO, 1933: 7).

Os sentimentos amorosos de Artagão afloravam na primeira parte de *Rimas pagãs*, intitulada “Diálogos cor de rosa”, composta essencialmente de conversas travadas entre “Ele” e “Ela”, trazendo em si o significado das inter-relações masculino - feminino e variadas facetas dos encontros e desencontros da vida a dois. Em “O supremo amor”, o diálogo traduzia o arrependimento de um homem que abandonara sua amada e buscava o perdão da mesma que permanecia irredutível, culminando com a descoberta da parte dele que daquela relação resultara um filho. “Dominó lilás”, por sua vez, trazia um homem e uma mulher já não tão jovens, que conversavam sobre presente e passado,

buscando superar sem sucesso uma traição. Já “O eterno fim” mostrava o desgaste das relações matrimoniais, revelando o cansaço que o passar do tempo e a rotina provocavam no seio do casamento. Em contrapartida, “O meu relógio” revelava a superação de tais inconvenientes na vida conjugal, obtida por meio da compreensão mútua. “Encontro tardio”, por sua vez, retornava à amargura de duas pessoas que, apesar de enamoradas, seguiram destinos diferentes, ela casara e ele, que permanecera solteiro, buscava, sem sucesso, retomar o passado perdido. Uma paixão languida aparecia em “O casaco de peles”, que aludia aos mistérios indissolúveis envoltos na escolha entre a aparência física e o verdadeiro amor. Finalmente, “Num salão de antiguidades”, abordava as relações homem – mulher, com base no antagonismo entre uma vida baseada nos pecados mortais e carnavais e outra, alicerçada num amor “eterno, nostálgico e bendito” (ARTAGÃO, 1933: 9-49).

“Conversando com os deuses” servia de título à segunda parte de *Rimas pagãs*, na qual Artagão versava sobre uma de suas paixões voltada às mitologias e à antiguidade, sem deixar de associar tais incursões à sua inspiração amorosa. No primeiro poema, “A aposta de Frinéia”, a bela e inspiradora cortesã helênica dialogava com uma turba, servindo a conversa de cenário para a participação de várias deidades e personagens da Grécia Antiga, e para a aclamação da superioridade do feminino sobre o masculino. A seguir o poeta trazia “O sonho do faraó” no qual, em meio à participação de várias entidades da mitologia egípcia, encenava a entrada de um saqueador na tumba do soberano, o qual não se importava se o invasor pilhasse todas as suas

riquezas, desde que lhe poupasse o vaso com as suas vísceras, pois ali estavam o seu coração e o da mais linda mulher que amara em todo o Egito. Já em “A história de Narciso”, o escritor, mais uma vez lançando mão de vários seres míticos, contava em versos a vida, a morte e o renascimento em forma de flor deste personagem. “Zeus munificente”, por sua vez, retratava uma passagem na qual a divindade máxima grega concedia a dois anciãos que lhe haviam dado guarida o pedido de viverem juntos para sempre, transformando-os em árvores, desejo também manifesto por Artagão para si próprio em relação à sua amada (ARTAGÃO, 1933: 51-72).

*Rimas pagãs* prosseguia com “As minhas sonatas”, a terceira parte, na qual predominavam incursões e devaneios do autor em relação a suas próprias memórias. Em “O estojo misterioso”, o poeta lembrava a sua época de estudante na Alemanha, fazendo alusão a uma imaginária incursão arqueológica, na qual encontrava o crânio de uma mulher que sonhara viver para sempre. Já no poema “Na praia”, em meio ao mar, às estrelas e às areias, Artagão rememorava o perfume de sua amada junto ao ambiente balnear, algo extremamente comum para quem vivera em lugares visceralmente ligados às águas, como Rio Grande, Rio de Janeiro, Recife e Lisboa. Em “Resposta à tua carta”, o escritor associava as missivas de sua amada com o perfume das flores. A seguir, apresentava “Nervos” no qual traçava analogias entre as práticas comezinhas da maquiagem feminina e os contratempos da vida a dois. A comparação também predominava em “A ave ferida”, desta vez entre um pássaro abatido e as fraquezas femininas. “Embriaguez cor de rosa” mostrava uma

paixão ebriosa em meio às belezas da natureza e das mulheres. Em seguida, apresentava “Berço de espumas” no qual descrevia a beleza feminina ao longo dos tempos, utilizando-se desde preceitos da cultura grega clássica até o darwinismo. “Esfinge” abordava o desejo pelo beijo de uma mulher que resistia, apesar da passagem do tempo e do fim da mocidade. No próximo poema, “O verbo amar”, o autor abordava um de seus temas de preferência, mas, além do amor conjugal, lembrava também os sentimentos de amor à pátria, tanto a de nascimento quanto a adotiva. Logo a seguir escrevia “Sofreguidão”, um apelo para que a amada não fosse embora, “A ilha encantada”, na qual pretendia levar sua alma gêmea para um lugar utópico, “Pastoral ao piano”, retratando o namoro em um baile, “Temporal desfeito”, no qual evitava que a namorada se expusesse à chuva, “Amor silencioso”, referindo-se a um romance secreto e “O voo nupcial”, em que fazia uma analogia entre a vida amorosa das mulheres e o comportamento das abelhas em uma colmeia (ARTAGÃO, 1933: 73-112).

Foi na última parte de *Rimas pagãs*, denominada “Pátria distante”, que Mario de Artagão realizou algumas breves incursões às suas vivências anteriores ao exílio, revelando certas recordações da nação que tivera de abandonar. O saudosismo do poeta se manifestava com veemência como no caso do poema “Terra à vista”, no qual descrevia as grandezas brasileiras, notadamente no que tange à natureza e à geografia de sua “pátria amada”:

No voo clangoroso, abrindo as asas francas,  
Exaltadas, febris, imensamente brancas,  
Quanta vez a saudade, esse albatroz errante,

## FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Se faz comigo ao mar com rumo ao sul distante!  
E nunca se transvia! É para achar os ninhos,  
Que Deus manda espalhar os sóis pelos  
caminhos...  
Por isso a flamejar, fincada no infinito,  
Há uma cruz!... Mas esta em vez de ser de granito  
Como as cruzes ducais nos velhos mausoléus,  
É um braço de luz, apontando nos céus  
A estrada que vai ter de quebrada em quebrada,  
Ao berço onde floreja a minha Pátria amada!...

Mas quando não houvesse um astro na amplidão,  
E quando tudo fosse angústia e dispersão,  
Bastaria, de longe, ó rútilo Amazonas,  
Auscultar-te os pulmões quando a bramir  
ressonas!  
Frente a frente, insubmisso, e desafiando o mar  
Que raivoso jurou não te deixar passar,  
Espumejas tão alto e investes com tal ânsia,  
Que longe, sempre a uivar, muito longe, à  
distância,  
Julgo, assombrado, ouvir nas tuas pulsações  
Os berros colossais dum bando de leões!  
Contigo em convulsões, contigo por meu guia,  
Num largo voo astral, facilmente acharia,  
Cintada pela espuma, essa ilharga sagrada  
Dos fulvos areais da minha Pátria amada!  
(ARTAGÃO, 1933: 115-116)

Por meio dos versos intitulados “O primeiro beijo”, o escritor fazia uma associação entre sua “Pátria distante” e aquela que adotara como novo lar e na qual já residia há quase três décadas. Nesse sentido, Artagão buscava reproduzir através da poesia a intersecção entre Portugal e Brasil, reconstruindo o encontro do luso

HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO  
SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

colonizador com os habitantes originais dos trópicos. Ainda que chamasse os lusitanos de invasores, o poeta apresentava uma versão romantizada da ocupação das terras brasileiras e a formação de um novo povo, o qual teria se originado de uma miscigenação pacífica, resultado de uma supostamente harmoniosa união entre os brancos e as índias, abençoada por uma divindade que representava o amor:

Esplende uma manhã de claras vibrações!  
Toda a selva estremece. E pandos, os galeões,  
Vem poisar, um a um, como aves tresnoitadas,  
Na funda quietação das mornas enseadas!...  
Pisando o chão sagrado, o impávido invasor  
Vê que tudo esbraseia, em sínopes de amor!...  
E sob um céu pagão, atordoados de luz,  
Genufletindo, a orar, faz o sinal da cruz...  
A prece apenas dura o sopro dum instante!  
Olha em redor, inquieto... E um cheiro  
perturbante,  
Um cheiro de baunilha esperta-lhe um desejo  
Que começa num sonho e acaba por um beijo!  
Esbeltas pela praia ondulam convulsivas  
As formas nupciais das aimorés lascivas...  
Quer segui-las... E o bando, arisco, quase  
implume,  
Trasmonta o matagal num rastro de perfume...  
Quer inda ousar... e hesita! Estrídulo, fremente,  
Da selva densa, como um silvo de serpente,  
Vem-lhe cair aos pés um dardo envenenado...  
Não se perturba! Arranca o morrião amolgado,  
E apolíneo, tranquilo, intrépido e viril  
Transfunde-se na luz daquele sol de abril...  
Vê depois espreitar por entre as perobeiras  
O mesmo bando em flor das caboclas trigueiras...

## FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Atira-lhes um beijo... Um beijo que desata  
Fulgurações mortais no coração da mata!  
Tudo entumece como um útero fecundo!  
Tudo estua e flameja! E no bambual profundo  
Pela primeira vez, despertos pelos ninhos,  
Os mansos jaçanãs vão servir de padrinhos  
Aos mais lindos, gentis e doces esposais  
Que Rudá jamais viu nas moitas tropicais!  
(ARTAGÃO, 1933: 117-118)

Como se elaborasse uma resposta a todas as correntes nacionalistas, xenófobas e anti-lusitanas que campearam pelo Brasil em diversas épocas, notadamente durante a implantação ditatorial da república, contra a qual tanto Mario de Artagão lutara, o poeta absolvía os colonizadores lusos de qualquer teor de violência durante a conquista da América meridional, apresentando mais uma vez a visão de um harmônico casamento inter-racial entre nobres portugueses e valentes indígenas, dando origem à briosa nação brasileira:

Deixai dormir no chão da nossa terra  
Por entre os bogaris,  
O tacape de guerra  
Dos nossos sacrossantos guaranis!  
Deixai dormir a velha raiva injusta  
Contra a radiosa estirpe, eterna e augusta  
Dos príncipes de Avis!  
Foi Deus que assim o quis!...  
Um seio de tapuia  
Não se conquista a golpes de montante!  
Além de um beijo, pede uma aleluia  
Que a envolva toda da cabeça aos pés!...  
E foi assim que doce e provocante



HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO  
SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

Um beijo português  
Na febre irresistível dos sertões,  
Sonoramente, manso e triunfal,  
Desplumara uma entranha virginal  
Na gestação dum povo de leões!  
    Não nego! Era estrangeiro  
    O beijo estonteador  
Que fecundou à sombra do ingazeiro  
A nossa raça eternamente em flor!  
    Mas um beijo de amor,  
Quando temos na frente um corpo nu,  
    Não é... não é pecado!  
Que o diga num espasmo de noivado  
A morena e gentil Paraguaçu.

A nossa estirpe é essa! Ovários guaranis  
Fecundados ao sol por capitães d'Avis!  
E desse beijo audaz no fundo dos sertões  
Um leão há de ser sempre o pai d'outros leões!  
Há muitos povos que tiveram donos!  
Mas no estertor dos látégos cruéis  
Se todos foram filhos de colonos,  
Nós fomos, afinal, filhos de reis!  
(ARTAGÃO, 1933: 118-119)

As saudades de Artagão ficavam expressas também no poema “As duas bandeiras”, no qual ele acabava por fazer uma comparação entre o Brasil da época monárquica e o outro, sob a égide da república. A bandeira figurativamente representava a nação brasileira, servindo para mais uma vez exaltar as exuberâncias do país tropical. As preferências monarquistas do poeta ficavam bem demarcadas no amplo destaque dado às vitórias do império brasileiro nos enfrentamentos bélicos que teve em relação a seus

## FRANCISCO DAS NEVES ALVES

vizinhos platinos, lembrando as derrotas de paraguaios, argentinos e uruguaios diante das forças militares imperiais:

Insubmissas, febris, num halo de esplendor,  
Irmãs no voo, irmãs na glória, irmãs na cor,  
Flabelam no Brasil com asas condoreiras,  
Entre heróis e clarins, duas sacras bandeiras!  
Vistas de longe, em pleno azul, mordendo o espaço,  
Não se distingue bem se levam no regaço  
Os braços duma cruz apertando uma esfera,  
Ou um cinto apertando o seio à primavera!  
A esfera é armilar com cercadura d'astros,  
Tendo o mundo a seus pés e o infinito de rastros!  
Há flores nos beirais; e no alto, entre rubis,  
Fundindo o sangue azul no sangue dos tupis,  
Refulge uma coroa. Em maio, as alvoradas  
Inda apanham no chão as lágrimas choradas!...  
Foi ela, por tojais, no assalto das tocaias,  
Que andou domesticando as onças paraguaias!...  
Na abalada imperial com pulso de gigante  
Foi ela, a espumear, heroica e palpitante  
Que arrancou aos covis, em manhãs luminosas,  
Essa pantera – o Oribe; e esse chacal, – o Rosas!  
(ARTAGÃO, 1933: 121)

Ainda que chegasse a também reconhecer alguns avanços sob a forma de governo republicana, mormente no que tange à expansão e à consolidação das fronteiras nacionais, citando algumas das disputas lindeiras nas quais o país esteve envolvido na virada do século XIX ao XX, Mario de Artagão não deixava de lembrar que alguns dos principais articuladores de tais vitórias brasileiras teriam sido políticos egressos da época

## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

imperial, como era o caso do principal deles e que, inclusive, mantinha o título nobiliárquico, mesmo após a queda monarquia, ficando conhecido como Barão do Rio Branco. Mas as filiações ideológicas do poeta ficavam ainda mais explícitas no encerramento dos versos, nos quais ele chegava a reconhecer o amor pátrio tanto pelo Brasil imperial quanto pelo republicano, mas sua preferência era pela bandeira que encerrava a coroa monárquica, em contraposição à república da espada, contra a qual tanto lutara e sofrera os efeitos do autoritarismo:

Se uma suspende a esfera, a outra, em campo azul,  
Suspende a luz dos sóis dispersos pelo Sul!  
E se a vemos gentil arrebanhando estrelas,  
Se a vemos marinhar aos céus para mantê-las,  
Não me espanta que altiva, irrompa nos sertões  
Arrebanhando o Acre, o Amapá e as Missões!  
Se a quereis procurar, buscai-a pelos ninhos  
Ou junto duma dor à beira dos caminhos!  
Mas ai, de quem ousar morder-lhe o nobre flanco!  
Se foi linda e sublime às mãos de um Rio Branco,  
Não esquece jamais que sobre a nossa História  
Pairam águias reais nimbadas pela glória!

Tem uma no brasão os velhos sonhos meus;  
Tem a outra uma espada esburacando os céus!  
Mas seja uma coroa ou mesmo espadas nuas,  
Darei, de pé, cantando, a vida pelas duas!  
(ARTAGÃO, 1933: 122)

Finalmente, ao encerrar *Rimas pagãs*, Mario de Artagão, mantinha o espírito saudosista em relação à sua “Pátria distante”, desta vez trazendo reminiscências de

## FRANCISCO DAS NEVES ALVES

seu torrão natal, lembrando “O gaúcho”, um representante típico da terra e da gente sul-rio-grandense. Este gaúcho do poeta reproduzia a figura que iria cada vez mais se tornar um verdadeiro estereótipo dos nascidos no Rio Grande do Sul, com destaque para a indumentária, os costumes e, fundamentalmente, o arquétipo do “centauro dos pampas”, ou seja, o cavaleiro inseparável de sua montaria em suas lides campeiras. Mas, ao mesmo tempo, o escritor lembrava uma “alma heroica” do gaúcho, numa alusão a outra característica atribuída aos antigos habitantes das terras rio-grandenses, voltada a um espírito libertário, que fora condenado por quatro décadas de domínio de um regime ditatorial, o mesmo contra o qual Artagaõ se opusera e se rebelara nos primórdios da república e que, já nos anos trinta, parecia finalmente superado:

Laço no tento, franco, de olhar vivo,  
Como um famoso cavaleiro andante,  
Lá vai o guasca intrépido e galante,  
Fundido em bronze, sobre o pingó esquivo!

Por essa pampa idílico e nativo,  
Onde o silêncio é morno e perturbante,  
Corre e sonha e lateja a todo instante  
A alma heroica do gaúcho altivo...

De poncho ao vento e de rebenque alçado,  
Enraivado de luz, transmonta o espaço!  
E nesse voo audaz, desabalado,

Parece, numa fúria de vencê-las,  
Que vai, nervoso, derrubar no laço

## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

As manadas inquietas das estrelas!...  
(ARTAGÃO, 1933: 123)

Desse modo, o livro *Rimas pagãs* trazia em seu conteúdo várias facetas do eclético pensamento de Mario de Artagão. Apesar do predomínio dos versos voltados aos sentimentos mais íntimos, o poeta destinava também significativa parte da obra para dissertar sobre uma de suas predileções ligadas ao mundo antigo e, mais especificamente, às figuras mitológicas. Ainda que tivesse desistido das lutas político-partidárias, abandonando sua ativa militância ideológica através das páginas dos jornais, após adotar Lisboa como seu novo lar, a saudade falou mais alto e o escritor não deixaria de lembrar sua terra natal, fosse o Brasil como um todo, fosse o Rio Grande do Sul em particular. E, ainda que nas entrelinhas, os poemas que serviam para lembrar a pátria distante no tempo e no espaço, traziam pequenos vestígios da época de lutas por ele empreendidas. Outras angústias e preocupações do autor viriam à tona em *Feras à solta*, sua derradeira obra publicada durante o autoexílio.

Foi já no último ano de sua vida que Mario de Artagão trouxe a público *Feras à solta*, livro no qual expressaria facetas mais contundentes de seu pensamento, com várias incursões a preceitos anticlericais e a uma aguçada preocupação de natureza social. Tal obra foi editada em Lisboa, no ano de 1936, pela Gráfica Portuguesa, e apresentava, em essência, as conversas entre dois homens. No primeiro capítulo, denominado “Na Tasca”, era descrita uma noite de Natal, em um bairro excêntrico de uma grande cidade europeia, com um inverno fustigante, na qual se

encontraram Patrício e Marcos, recolhendo-se a uma tasca de travejamento desconjuntado. Ambos desenvolviam diálogos que o escritor expressava na forma de versos. O primeiro era um religioso que mitigava suas agruras através da fé, o segundo, um incrédulo e cético para com os assuntos divinos e um revoltado com as desigualdades sociais. Na conversa, Marcos lastimava sua sorte e situação de penúria, afirmando ao conhecido que não deveria pensar que ele sempre fora o escarro de um esgoto, pois chegara a ter no brasão quartéis de bom costado e um bispo por avô, em estirpe sem igual, mais nobre que a dos reis na conquista do Graal. Mas acabara chegando àquela situação de um farrapo que chafurdava na lama, sem pão para comer e sem cama (ARTAGÃO, 1936: 5-6).

Em seguida, Marcos fazia uma longa explanação sobre os caminhos e descaminhos de sua vida e suas formas de pensar e agir. Declarava que, apesar do sangue azul nas veias, lhe mordiam por dentro as desgraças alheias, como um sentimental idiota, ou um Quixote moderno, com pena dos pulmões que tossiam pelo inverno. Afirmava ainda que lera toda a Enciclopédia e Voltaire, o maldito, vindo um dia a despertar de bruços no infinito e, a cavalo no sonho, andar de astro em astro, a medir, a sondar, a farejar o rastro de um princípio sem fim. Dizia ainda que auscultara sem cansaço as válvulas senis do coração do espaço, e tudo cheirava a um açougue enorme, no qual, tragicamente, a morte nunca dormia e onde nada vira ou palpara que lhe desse um sentido forte, sacro, imortal, de um mundo concebido, só havendo em tudo uma luta vil e sem heróis. Comparava a existência a um casebre que haveria de cair, escanzelado e impuro, como caía na esterqueira

um fruto de maduro, não passando disso a vida e a “harmonia celeste”, arrematava com ironia (ARTAGÃO, 1936: 7).

Tendo em vista tal descrição, Patrício argumentava que o tempo fora agreste e torvo para eles, mas, embora também faminto, ele não sentia aquela mesma angústia de viver. Diante de tal asserção, Marcos salientava seu espírito de revolta, exclamando que o conformismo do outro se devia ao fato de que ele acreditava no Estado e ainda ia à missa, pedindo àquele pão, enquanto a Deus pedia justiça, dormindo a rezar ao pé da fogueira, que ainda haveria de lamber, convulsa, a Terra inteira. E prosseguia em suas críticas às crenças de Marcos, destacando que este abençoava a cruz que lhe enclavinava os pés e que precisaria ser parvo para ainda crer que Moisés tomara indigestões de maná no deserto, ou nos judeus atravessando o Mar Vermelho aberto e, irônico, afirmava que, estando às portas do Natal, quem sabe aquele desgraçado não teria a ventura de o céu mandar-lhe um faisão recheado. Diante de tantas imprecações, Patrício perguntava se os céus ou Deus teriam feito algum mal ao seu interlocutor, o qual respondia que não se queixava, mas negava o bíblico mistério, que fora buscar o barro ao pó de um cemitério, não aceitando um ser que criava para depois matar, ao invés de manter uma Terra bailarina eternamente em flor (ARTAGÃO, 1936: 8-9).

Provocando Marcos a respeito de suas crenças, Patrício afirmava que lera Kant, ao passo que o outro se dedicava a Bakunin. Aquele respondia em desafio que ele lia um revoltado e o outro, um pedante, e perguntava se o conhecido não iria concordar que, quando permaneceram num catre de hospital, suas visões estavam

muito mais ligadas a uma bomba e à ponta de punhal, ou questionava ainda se, na mesma situação, em noites hibernais, ouvindo o coração, como um martelo de aço a forçar uma porta, não teria dado um pontapé na velha crença morta. Mantendo o discurso antirreligioso, perguntava ao outro que também era pobre e se vestia como ele, por que não dava ao diabo a sua crença em Cristo. Voltando ao tema do tratamento hospitalar, associava a religião às desigualdades sociais, perguntando se seria normal que um nobre e gordo ratoneiro, só por ter dinheiro, lucrasse ainda mais com o roto cobertor de um triste lazarento e, mantendo o tom de revolta, exclamava que todos deveriam seguir avante, além da barricada, de onde romperia a nova madrugada (ARTAGÃO, 1936: 9-10).

Ainda manifestando suas ideias anticlericais, Mario de Artagão, através do personagem Marcos, questionava as “lendas do evangelho”, afirmando que, com mil anos, um livro sempre seria “velho”. Sobre o mesmo tema, referia-se ao “livro das necroses”, o compêndio secular de todas as nevroses, caruncho brutal de trágicas matanças que, com o gládio, sangrava o peito das crianças. Considerava a bíblia ainda como um livro que perturbava e era fantasista, que era surdo a um rouxinol, mas fazia falar um burro e parar o sol. Manifestava também sua descrença integrada à crítica de fundo social, declarando que Cristo pregara os códigos supremos num mundo muito diferente daquele em que eles estavam, não havendo lugar para viver pelo perdão, nas forjas e nos cais, nas gargantas das minas, no hálito letal das negras oficinas. Apontava que, em tais locais, o homem, a ulular, não vivia de perdão, precisando, ao invés disso, de mais ar, luz e pão. E complementava,



## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

argumentando que Jesus não tivera de enfrentar a cainçalha feroz da agiotagem moderna, esse inimigo audaz, impassível, viscoso, usurpador e voraz que vivia da usurpação do pobre que moirejava nas mesmas condições de um chagal que farejava as podridões (ARTAGÃO, 1936: 11-14).

Ambos continuavam debatendo, cada qual com suas convicções, até o encerramento da conversa quando se separavam, para só voltar a um novo encontro em outro capítulo do livro. Mas, antes de tal desfecho, Marcos faria uma longa peroração acerca das desigualdades sociais presentes nas vivências humanas desde os mais remotos tempos, mas que teriam se agravado na contemporaneidade. Lá estavam as condições de dependência social da antiguidade, do feudalismo medieval e das relações capitalistas de produção, notadamente a partir da Revolução Industrial, retratando um mundo onde os pobres não tinham vez nem voz. Assim, as preocupações de natureza social de Mario de Artagão se faziam presentes nas palavras de Marcos, primeiramente traçando um breve histórico desde os povos antigos até o imperialismo da virada do século XIX:

Os sonhos da Judéia! Horizontes sem asa,  
Que não iam além das campas de Gerasa!  
Nesses tempos de hipnose um rude assalariado  
Só conhecia o Templo e as relhas de um arado!  
Quisera vê-lo cá, nesta imensa agonia,  
A rilhar, soluçando, o pão de cada dia!  
Um mundo patriarcal! Um punhado de servos  
Sem a nossa revolta e sem os nossos nervos!  
Onde havia por lá os corações enfermos  
Que adoecem de tédio... inda antes de vivermos?!

## FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Guindastes anormais! Crepitações elétricas!  
O infinito da linha; as torvas linhas métricas  
Que varam o deserto e os matagais incultos  
Deixando pela estrada os corpos insepultos!  
Chispas em redemoinho, o fumo que sufoca  
E nos trás um sabor de sangue vivo à boca!  
Saturnismos fatais! Os mastodontes de aço  
Com os dentes da grelha a rir do nosso braço!  
Monopólios! Cartéis! As maltas industriais  
Talhando o mapa-mundi em pingues sucursais!  
As casas de penhor! A doirada canalha  
Que vê num barco o leito... e não vê a fornalha!  
A sôfrega avidez de bocas de criança,  
Mastigando de longe, em visões de faiança,  
Os restos que um nababo atira aos seus lacaiois!  
(ARTAGÃO, 1936: 15-16)

Mantendo o mesmo tom, através da fala de Marcos, Mario de Artagão lembrava as desigualdades sociais desde a travessia das caravelas na época moderna até a massificação da exploração dos trabalhadores com a consolidação do capitalismo:

O mar-alto a rugir! A luta dos catraios  
Levando para o fundo o pescador indômito,  
Que lança para o céu a praga, como um vômito!  
A atroz terceira classe infecta dos porões!  
Um mineiro sem ar, na treva, aos apalpões!  
A guerra!... A guerra, enfim! A loba insaciada,  
Que derruba um herói, de borco, na escalada!  
E que são os heróis?! São sempre os nossos filhos,  
Que inda levam na boca o cheiro dos junquinhos  
Que uma noiva atirou à beira dos caminhos!  
Morrem a cantar, como os rouxinóis nos ninhos!  
E quem foi que os matou?... O Capital-Falperra,

## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

Sem entranhas, feroz, que manda para a guerra  
A mocidade em flor!... Sangue das nossas veias!  
Mas ele, o Parasita, arrotando nas ceias  
Um carnudo salmão comprado a peso de ouro,  
Bolsista, ladravaz, comensal do Tesouro,  
Enquanto o sangue espirra e golfa na trincheira,  
Lê os jornais... sorri... dá balanço à carteira,  
Consulta o Deve-e-Haver... depois queima um  
charuto,  
E dorme, regalado, um grande sono, o bruto!  
Quer tudo! Também quer que o bom Deus o  
proteja...  
Por isso, matinal e a pé, vai sempre à Igreja!  
Que lhe importa saber se o verbo amar é frouxo  
Quando o conjuga um lábio enregelado e roxo?!  
(ARTAGÃO, 1936: 16-17)

Os argumentos de Marcos foram tão contundentes que até o crédulo Patrício, num estado de semi-embriaguez, acabaria dando razão a ele. Diante disso, Marcos passava a instigar Patrício, dizendo que ele não poderia vacilar, lembrando-lhe várias das chagas sociais que os cercavam, sintetizando toda aquela ira na figura de um “grotesco burguês”, um “ricaço qualquer”, que insultava a sua miséria e roubava a sua mulher. Das palavras, Marcos passava aos atos, deixando aparecer em suas mãos uma bomba, ao que reagia o companheiro, perguntando se ele havia ensandecido, recebendo por resposta que aquela peça tão bonita era um presente real naquela data de Natal, constituindo uma forma de manifestar a aversão às podridões que afligiam a humanidade. Diante das palavras e das intenções de Marcos, Patrício, escondendo a bomba, medroso e com um mau pressentimento, deixava seu interlocutor na

tasca e desaparecia na escuridão da noite que vinha caindo (ARTAGÃO, 1936: 18-19).

No segundo capítulo, chamado “A caminho do cais”, o cenário se deslocava, aparecendo apenas Patrício como o protagonista que encontrava figurantes pelo caminho. A cidade começava a se iluminar e Patrício refletia sobre as ansiedades, angústias e pavores que o atormentavam. Enraivado e conturbado pela dúvida, escondia-se nas sombras de uma viela, a ruminar as palavras de Marcos que contestavam suas crenças e lembravam que perdera sua amada por causa de sua condição de pobreza. Um espírito de vingança passava a tomar conta de Patrício, contrastando com o ambiente do centro da cidade no qual chegara e onde tudo flamejava numa formidável explosão de alegria. Dominado pelo delírio e a febre trágica da loucura, passava a comparar-se a Jesus que expulsara os vendilhões do templo, só que ele, ao invés do chicote, tinha a bomba que fulminava. A cada canto, Patrício via riquezas sem fim que só aguçavam a insatisfação com sua pobreza, de modo que, alucinado, passava a espreitar a hora do crime, olhando ao redor e buscando coragem para perpetrar o ato terrorista (ARTAGÃO, 1936: 21-24).

À procura de um escopo, o personagem do livro de Artagão circunvagava o olhar por uma praça iluminada, observando a bolsa de valores, os ricos e os financistas, alvos ideias de sua ensandecida ira, mas era detido pela visão de um mendigo que, à porta de um hotel, vendia bugigangas, contra o qual não quis atentar. Diante do contratempo, Patrício tornejava a praça, chegando a uma rua larga de edifícios ciclópicos, com cafés, cassinos, bares e cabarés, o que mais uma vez parecia o local ideal para o atentado, entretanto, a visão

de uma prostituta, lembrava-lhe dos sofrimentos da vida, detendo mais uma vez seu tresloucado ato. Então ele seguia rua abaixo, chegando a um escaparate luxuoso cheio de guloseimas e, diante de tão impressionantes pratos, a fome apertava impulsionando sua raiva, levando-o a arrancar a bomba da algibeira e a levantar o braço para jogá-la, mas, mais uma vez era detido, agora pela presença de duas crianças, também esfaimadas para as quais daria sua última moeda, visando amainar o mal que as afligia. Vencido pelas circunstâncias, Patrício desistiria, tomando o caminho do cais e, chegando ao parapeito, num impulso irresistível, arremessaria ao mar a bomba que se arrebentou na aresta de uma rocha, numa explosão violentíssima. Entretanto, um fiscal o espreitava nas trevas, prendendo-o e chamando-o de bandido e ladrão (ARTAGÃO, 1936: 24-29).

“Mar alto” era o título do próximo capítulo que trazia as reflexões e vivências de Patrício na prisão, tendo sofrido vinte anos de degredo e submetido a trabalhos forçados. Lamentava a falta de sorte, pois havia lançado a bomba com o cais deserto e em direção ao mar, de modo que se não fosse a “rocha maldita”, jamais teria sido aprisionado. Ainda que resignado por tantos anos de tormentos, amarguras e torturas, não deixava de considerar-se injustiçado, pois fora condenado apesar de inocente. Finalmente, o último capítulo, “De regresso à mansarda”, retratava o reencontro de Marcos e Patrício, envelhecidos, duas décadas depois. Era, mais uma vez uma noite de Natal carregada de neve e frio. Amargurados, os amigos conversaram a respeito da chegada à velhice, mas, inevitavelmente, o diálogo descambaria para o assunto da prisão de Patrício, motivada pela bomba que Marcos

lhe dera, diante do que, este insistia fervorosamente pelo perdão daquele. Ocorreria uma inversão de expectativas, pois, já ao final da vida, era Marcos quem apelava para a fé, justificando que muito aprendera com os sacrifícios do amigo, ao passo que Patrício se revelava cético, tendo em vista os sofrimentos pelos quais passara. No último ato, Marcos clamava pelo perdão, como deveria ser característico dos cristãos e convidava o companheiro para entrar numa igreja. Patrício, por sua vez, indeciso e a soluçar, afirmava que já não sabia rezar, entretanto, sonâmbulo, automático, deixava-se empurrar pelo amigo e os dois religiosamente desapareciam pelo portal da ermida (ARTAGÃO, 1936: 31-43).

Dessa maneira se encerrava *Feras à solta*, marcada pelas típicas contradições da própria humanidade. Ainda que fosse um ardoroso monarquista, Antônio da Costa Correia Leite Filho, desde seus primeiros trabalhos, sustentou certos pendores contrários à ampla predominância da religião católica. A princípio, tal pensamento poderia ser considerado uma significativa incoerência, pois como seria compatível sustentar ideias monárquicas e de defesa de um país que tivera uma constituição que previa o catolicismo como religião oficial e, ao mesmo tempo, manifestar-se antagonicamente em relação a tal religiosidade. Entretanto, a explicação se dá a partir da perspectiva pela qual vários pensadores e políticos da época monárquica, apoiavam ardorosamente um ideário anticlerical e mesmo contrário ao oficialismo religioso, como foi o caso de muitos dos seguidores do liberalismo, como o próprio Mario de Artagão (ALVES, 2011: 55). Além disso, o anticlericalismo do autor não poderia ser confundido com ateísmo, como bem deixava claro o conjunto de sua

obra. Do mesmo modo, sua revolta com as desigualdades sociais, retratando as agruras da pobreza que não vivera na carne, mas pudera observar nos diversos lugares em que estivera, não precisava significar uma aproximação com tendências ideológicas mais extremistas, monarquista convicto que era.

Assim, a obra derradeira de Mario de Artagão, *Feras à solta*, serviria para observar um fragmento de seu pensamento presente em outros de seus livros, manifestando um espírito revoltado em relação ao clericalismo e às mazelas sociais. As idas e voltas ao longo do tempo entre a fé e o ceticismo dos dois personagens revelavam as próprias idiosincrasias do país natal do autor, muitas vezes marcadas pelo clericalismo e a temporalidade em diversas facetas da vida pública e privada. O fato de politicamente ser identificado com a monarquia, numa convicção que lhe custaria inclusive o afastamento de sua pátria, não impedia que o poeta também pudesse militar nas ideias anticlericais, assim como, mesmo sendo um homem rico, não deixasse de ponderar quanto às injustiças de ordem social. Afinal Artagão associava em seu ideário monarquia, darwinismo científico, revolta social e contrariedades em relação à Igreja. Naquela virada de século ele estudara em lugares diferentes e lera de muitas fontes diferenciadas, vindo a metabolizar, sintetizar e mesmo amalgamar princípios que vieram a nortear seu modo de pensar (ALVES, 2011: 57-58).

Afastado das ardorosas lutas políticas da época da militância monárquica, Mario da Artagão não iria abandonar suas convicções, fenômeno bem demarcado em vários necrológios publicados junto à imprensa portuguesa e brasileira, em agosto de 1937, por ocasião

de seu falecimento, os quais enalteciam seu valor como intelectual e destacavam seu apego imutável aos princípios monarquistas. Tais ideias ficavam expressas mesmo que nas entrelinhas de *Rimas pagãs*, assim como o anticlericalismo e as denúncias pelas mazelas sociais afloravam bem mais evidentemente em *Feras à solta*. Desse modo, nas mais de três décadas em que viveu em Portugal, o poeta continuava expressando suas crenças e opiniões adquiridas ao longo de sua vida. Ele conviveu com diferentes formas de ver e pensar as sociedades, assimilando-as, apreendendo-as e interpretando-as à sua maneira, resultando em ideais uniformes e/ou amalgamados que compuseram suas convicções, as quais inevitavelmente viriam a marcar a sua produção literária, fosse aquela elaborada na juventude ou ainda quando estava em seus estertores, resultando numa obra ímpar e particular no rol daquela intelectualidade que tanto serviu à expansão das inter-relações e intercâmbios culturais no âmbito luso-brasileiro.

## **Referências bibliográficas:**

ALVES, Francisco das Neves. A produção literária de um poeta sul-rio-grandense: uma breve incursão ao pensamento e à obra de Mario de Artagão. In: *Cadernos literários*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2011. v. 19. p. 49-58.

ARTAGÃO, Mario de. *Rimas pagãs*. Lisboa: Oficinas da Sociedade Nacional de Tipografia, 1933.

ARTAGÃO, Mario de. *Feras à solta*. Lisboa: Gráfica Portuguesa, 1936.



HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO  
SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2006.



# Mário de Artagão: registros iconográficos de um poeta brasileiro-lusitano\*

Mário de Artagão conquistou reconhecimento internacional como literato e jornalista. Além disso, o afinco para com o seu ideário político foi notável, ainda mais em um país como o Brasil, naturalmente marcado pela oscilação de filiações ideológicas, de acordo com as conveniências e interesses, nem sempre tão públicos. Dessa maneira, ele constituiu uma das poucas exceções em tal quadro, pois não arredou pé de suas crenças monárquicas, fixando sua pena a serviço de uma causa, e mantendo, acima de tudo, uma convicção. Como poeta, deixou uma intensa obra iniciada em seu país natal, mas aprofundada, elaborada e reelaborada em grande parte quando viveu em Portugal e com a qual expressou suas vivências, crenças e visões de mundo, vindo a obter lugar de certo destaque no contexto literário brasileiro e português.

Apesar de tal conceito adquirido, Artagão ficou bem mais conhecido por seus textos escritos em prosa e verso, de modo que a presença de imagens contendo suas feições foi bem mais rara. Seus livros editados no Brasil e em Portugal, suas poesias publicadas em diversos periódicos e seus artigos jornalísticos transformaram-se em suas marcas registradas,

---

\* Texto adaptado a partir de ensaio publicado em: *Ensinar o Brasil a toda a gente*. Lisboa: CLEPUL, 2019, p. 293-407.

entretanto, as representações iconográficas sobre ele não foram tão abundantes. Ao contrário de muitos escritores que estampavam seus retratos nas páginas de abertura de seus livros, Mário de Artagão, limitava-se a divulgar seu pseudônimo e, por vezes, apresentar uma de suas filiações institucionais, notadamente o pertencimento à Academia de Letras do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a face do poeta foi pouco mostrada, vindo seu retrato a ser mais divulgado algumas poucas vezes, já quando morava em seu lar adotivo lusitano.

Ainda no Brasil, mormente no Rio Grande do Sul, no início de sua carreira, quando se dedicou com afinco ao papel de jornalista militante em nome da causa monárquica, os registros iconográficos mais importantes sobre Artagão deram-se através da caricatura. O periódico caricato da cidade do Rio Grande chamado *Bisturi* compartilhou com Mário de Artagão a visão crítica quanto ao autoritarismo governamental, típico dos primeiros tempos republicanos, atuando também não só como um opositorista como também se colocando na resistência ao regime de força predominante. Assim foram várias as aparições de um caricaturado ou retratado Artagão nas páginas do semanário caricato rio-grandino, acompanhando a complexa conjuntura que marcava o país naquele momento histórico.

Na época em que atuava como redator do periódico *Rio Grande do Sul*, Artagão apresentou uma série de artigos intitulados “Escola nova”, com os quais provocava os poderosos no Rio Grande do Sul, seguidores de Júlio de Castilhos, o qual promovia no sul do Brasil um regime autoritário embasado no ideário comtiano. Diante de tal predominância, com ironia, o

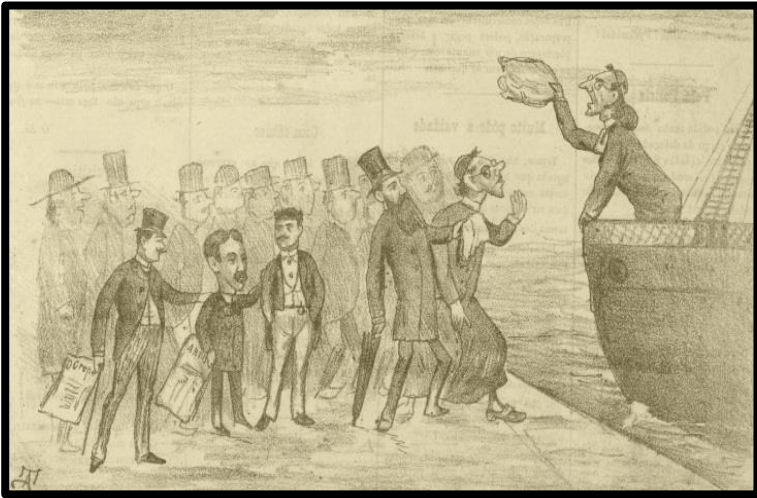
## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

jornalista apresentava a proposta de que os princípios positivistas deveriam ser ensinados nas escolas, uma vez que ninguém teria efetivo conhecimento sobre o ideário que passava a ser preeminente no estado. Tais escritos geraram ferrenha polêmica, com a publicação de diversas réplicas e trélicas. O *Bisturi* não perdeu tempo e mostrou caricatura na qual apareciam alguns dos litigantes, como os militares Febrônio de Brito e Isidoro Dias Lopes, de espada em punho, e José Lanza, cuja “arma de combate” lembrava seu sobrenome, os quais discutiam ferozmente, em meio a uma chuva de títulos, em alusão à caótica política financeira governamental. Lá estava também Mário de Artagão, igualmente debatendo, mas cuja arma era a pena do escritor (BISTURI, 9 ago. 1891, p. 4).



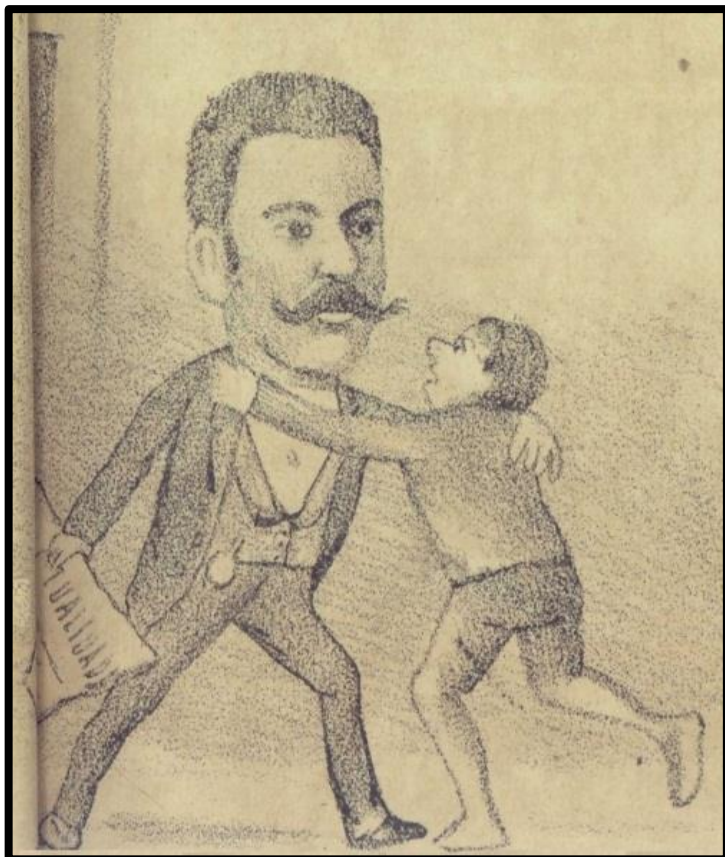
## FRANCISCO DAS NEVES ALVES

A participação de Mário de Artagão nas vivências sociais, intelectuais e culturais cidadinas também foi registrada pelo *Bisturi*. Foi o caso da cena que mostrava as despedidas para com o escritor lusitano Senna Freitas que deixava o porto do Rio Grande. Mais tarde, em Portugal, Freitas lançaria um livro no qual dedicou um capítulo específico sobre a vida e a obra de Artagão, notadamente durante seu autoexílio em terras lusas. Mas, na ocasião, o hebdomadário caricato dizia que àquele ato de adeus tinham comparecido diversas sumidades políticas e literárias, com representações do jornalismo, da diplomacia e do clero, ao passo que Mário, em traje de gala e com uma folha de versos à mão, aparecia como o representante da democracia (BISTURI, 8 maio 1892, p. 3).



## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

A fundação do periódico *A Actualidade* representou o auge da atuação de Artagão como jornalista militante, servindo o periódico para expressar ainda mais abertamente seu credo político. No campo da caricatura, o *Bisturi* registrou o lançamento do jornal monarquista, elogiando Mário como ativo e inteligente jornalista que, pelo seu caráter altivo e reconhecida independência, iria ocupar um lugar saliente na imprensa. No desenho, Mário de Artagão, com *A Actualidade* à mão direita, recebia um efusivo abraço de um estilizado bobo da corte, a tradicional representação das folhas caricatas. O menino saudava o escritor como o valente jornalista, que obtivera estrondosa manifestação de simpatia no palco da imprensa (BISTURI, 4 set. 1892, p. 1 e 3).

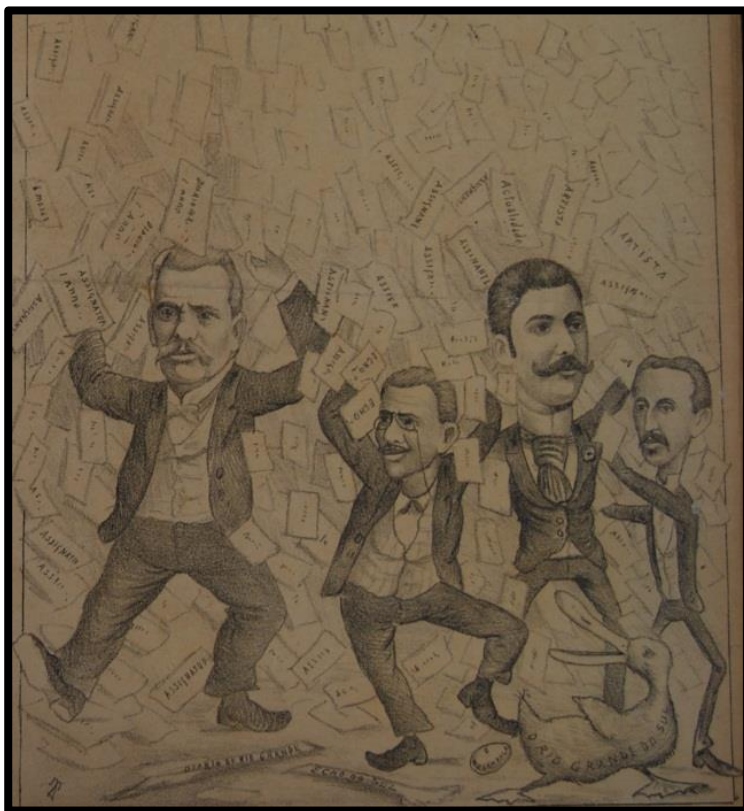


Apesar da crise que avançava no Rio Grande do Sul, o *Bisturi* ainda mostrava alguma esperança para a vida do jornalismo, como ao apresentar, nos primeiros dias de 1893, os responsáveis pelos jornais rio-grandinos *Diário do Rio Grande*, *Echo do Sul* e *Artista* recebendo uma chuva de assinaturas. O periódico *Rio Grande do Sul*, que adotara uma postura governnista era representando por um pato, símbolo pejorativo que o semanário caricato



## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

muito utilizou para designar os castilhistas. Ao lado dos redatores das demais publicações, aparecia um bem trajado Mário de Artagão, representando a sua *Actualidade* (BISTURI, 8 jan. 1893, p. 1).

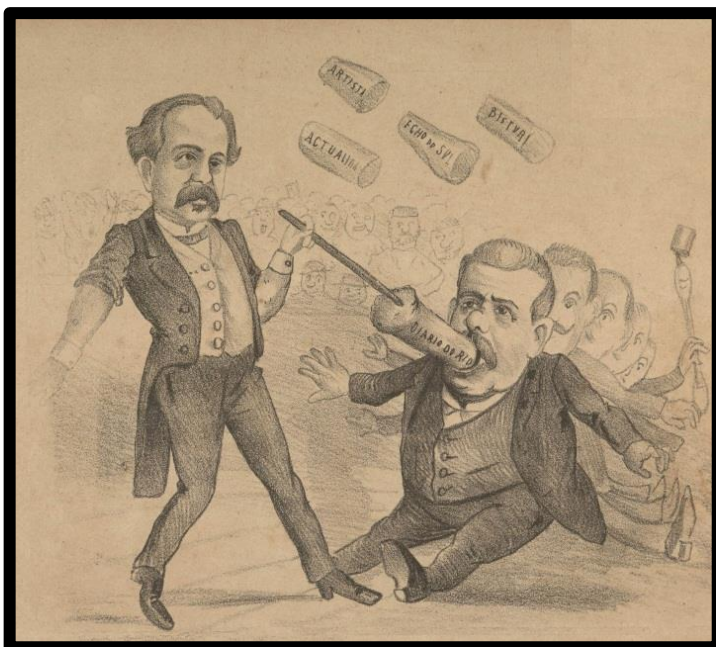


Entretanto o ano de 1893 seria de enormes dificuldades, com profundas consequências negativas para a livre expressão do pensamento. Nesse sentido, o *Bisturi* mostrou a imprensa sendo estrangulada e os

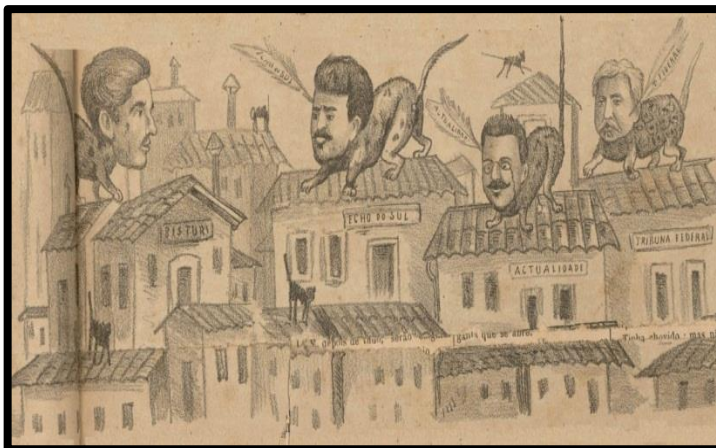
jornalistas que atuavam na cidade do Rio Grande agrilhoados ao chão, buscando demonstrar que a liberdade de imprensa estaria inevitavelmente perdida. Apesar do declarado cerceamento, os jornalistas, dentre eles Artagão, mantinham suas penas à orelha, em sinal de que ainda poderia haver espaço para a resistência (BISTURI, 19 fev. 1893, p. 2-3).



O acirramento da coerção e das restrições à liberdade de imprensa levou o *Bisturi* a insistir na imagem da rolha, como símbolo da repressão e da censura à livre manifestação. O hebdomadário chegou a publicar caricatura na qual, chistosamente, mostrava que só mesmo por mágica a imprensa poderia livrar-se das rolhas e, não para menos, apresentava os responsáveis pelos periódicos citadinos sendo desarrolhados pela varinha do prestidigitador. Mário, através de uma breve silhueta, aparecia como o segundo da fila (BISTURI, 5 mar. 1893, p. 3).

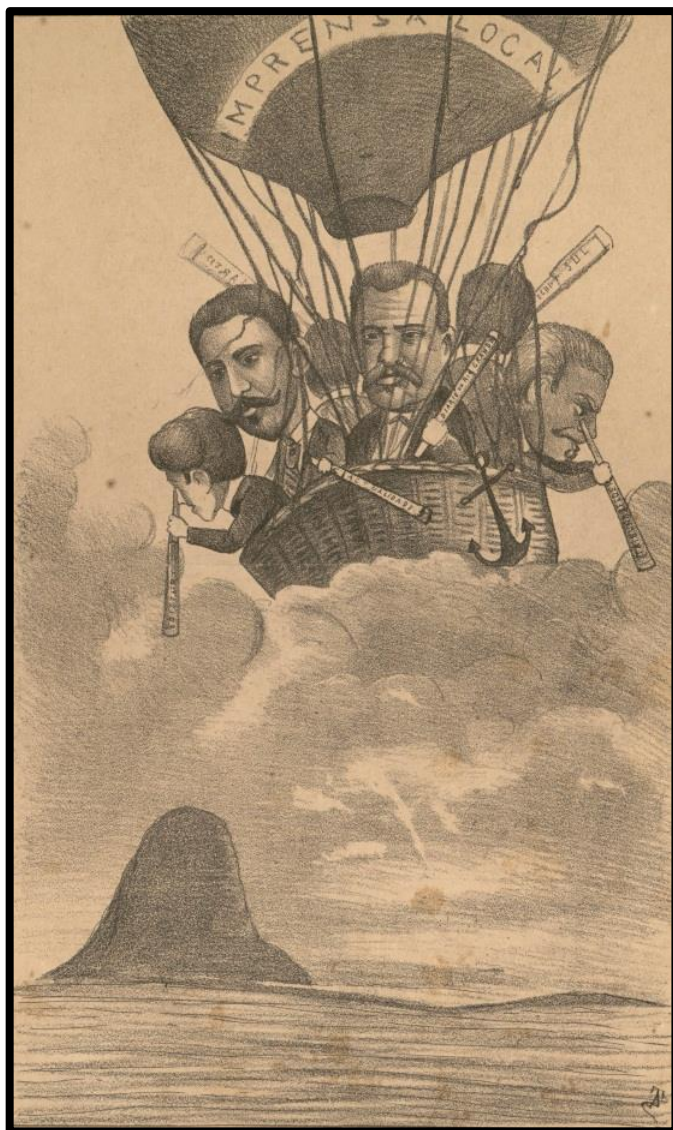


As perseguições tornaram-se tão intensas que o *Bisturi* chegou a metamorfosear os jornalistas rio-grandinos, entre os quais Artagão, como se fossem gatos, os quais tinham de buscar algum refúgio nos telhados de suas oficinas. Mas o semanário caricato não mostrava os redatores como fujões e sim como adestrados e conhecedores dos aéreos e impenetráveis esconderijos, para dali, continuarem em ação, como bem representava a presença da pena, demonstrando a continuidade da luta (BISTURI, 6 ago. 1893, p. 2-3).

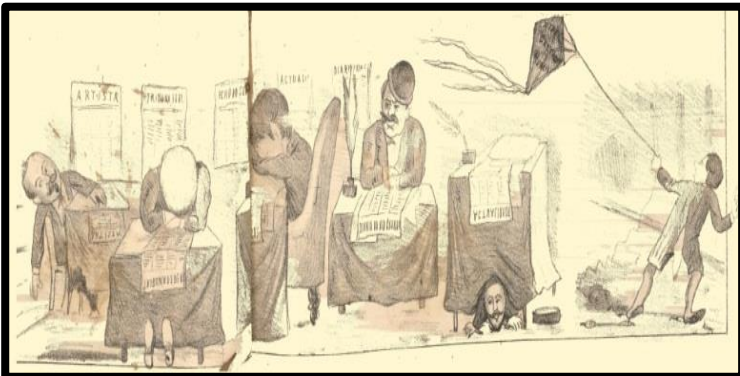


A revolução que já tomava conta do Rio Grande do Sul chegou também à capital brasileira, fazendo com que o cerceamento à liberdade de imprensa se tornasse cada vez mais incisivo. O *Bisturi* demonstrou isso apresentando a caricatura “Ascensão jornalística”, na qual os redatores das publicações rio-grandinas – Artagão em primeiro plano – empunhavam lunetas que identificavam o nome de seus respectivos periódicos, as quais serviam para que eles apenas pudessem assistir aos fatos à longa distância. Segundo o hebdomadário, os jornalistas eram obrigados pelas determinações governamentais a apenas pairar acima dos acontecimentos, dizendo que eles andavam em perigosa divagação aérea, a procura de pontos negros em terras fluminenses (BISTURI, 10 set. 1893, p. 3).

HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO



A fina ironia tornava-se uma das únicas armas disponíveis naqueles difíceis tempos para a livre expressão do pensamento e o *Bisturi* utilizou-se dessa estratégia ao mostrar os diversos jornalistas rio-grandinos dormitando em suas redações, ou ainda o redator da própria folha caricata que, na impossibilidade de trabalhar, limitava-se a brincar com uma pipa. Dentre os jornalistas que eram forçados a dormir, Mário de Artagão aparecia como ainda engatinhando, tendo em vista que a *Actualidade*, dentre os demais, era o mais jovem dos jornais citadinos (BISTURI, 21 out. 1893, p. 3).



Tal recurso voltava às páginas do *Bisturi* ao mostrar os jornalistas rio-grandinos pescando rolhas, em clara e irônica alusão às leis coercitivas. Segundo o periódico caricato a imprensa continuava a navegar em um “mar de ro... sas de... cortiça”, em referência à imperante lei da rolha. No desenho, os redatores se encontravam em barcos ou à margem da água em plena e indesejada pescaria. Artagão era representado como o mais tranquilo, praticamente dormindo durante sua

## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

faina piscosa, prevalecendo mais uma vez a ironia, pois, dentre todos, ele era aquele que, por seus ideais monárquicos, poderia sofrer reveses ainda mais intensos de parte da repressão governamental (BISTURI, 29 out. 1893, p. 4).



A partir do último trimestre de 1893, uma legislação ainda mais draconiana reprimiria de vez a imprensa brasileira. Restou ao *Bisturi* manter o tom jocoso e irônico ao apresentar os redatores das folhas rio-grandinas travestidos como japoneses, supostamente por causa do calor reinante. O semanário buscava mostrar que, não podendo falar abertamente sobre os acontecimentos bélicos e revolucionários, aos jornalistas, dentre eles Mário, de quimono, leque e sombrinha, a protegerem-se do sol inclemente, tinham de deixar de lado tais temas para discutir amenidades como as condições do tempo e a moda. Segundo a folha caricata, a proximidade do calor faria com que os redatores, “com

o muito serviço” que tinham, fossem obrigados a “japonizar” o vestuário para andarem mais à fresca (BISTURI, 13 nov. 1893, p. 1).



Mário de Artagão junto de seus colegas de trabalho apareceram também nas páginas do *Bisturi* simplesmente brincando. Era a expressão do contrassenso, pois em época de profunda crise nacional, os jornalistas não tinham a mínima possibilidade de divulgar qualquer notícia ou opinião sobre os focos revolucionários. Os redatores eram identificados com seus periódicos pela pena – não presente para todos – ou pelos exemplares espalhados no chão. Os seus semblantes, entretanto, como sinal dos tempos, eram de pura desesperança. A legenda era a ironia propriamente



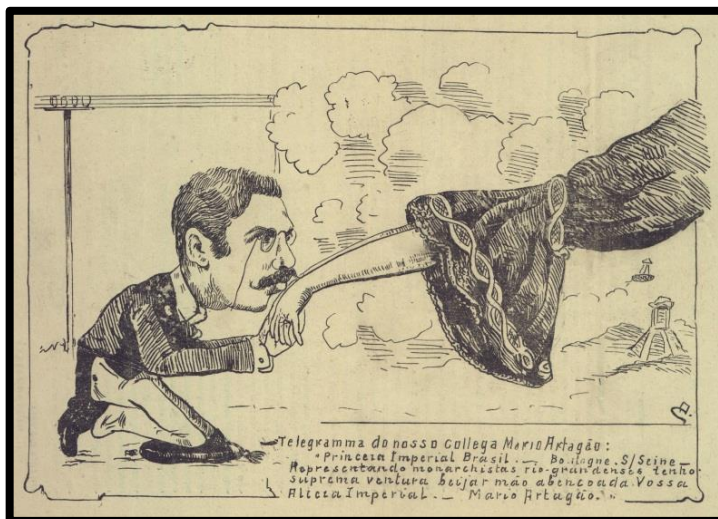
## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

dita: “E na falta de assunto...” (BISTURI, 17 dez. 1893, p. 1).



A crise só se agravaria e as perseguições provocariam drásticas mudanças na vida de Artagão, passando pelo exílio sob a bandeira britânica até a mudança para cidade de Pelotas e o progressivo abandono do jornalismo militante. Ele não deixou a imprensa, mas preferiu atuar como colaborador, além de dedicar-se mais diretamente à atividade de educador. Entretanto, o pendor monárquico do escritor não foi esquecido, tanto que mais uma vez o *Bisturi* mostrava Mário, dessa vez de joelhos em veneração à Isabel, filha de Pedro II e um dos últimos baluartes do monarquismo brasileiro. Tratava-se da representação de um telegrama

que o poeta teria enviado, demonstrando a plena manutenção de suas convicções. A mensagem era dirigida à Princesa imperial do Brasil e Mário de Artagão se dizia representando os monarquistas rio-grandenses, ao ter a suprema ventura de beijar a mão abençoada de Vossa Alteza Imperial (BISTURI, 2 ago. 1903, p. 6).



Um dos últimos registros iconográficos de Mário de Artagão feito pela imprensa rio-grandina foi realizado quando ele já se encontrava residindo em Portugal. O periódico diário *Artista* executou uma breve experiência na qual estampou caricaturas em sua primeira página, como foi o caso das "Caras caricaturadas", nas quais destacava alguma personalidade citadina. Na imagem, Mário aparecia com um charuto em uma das mãos - ele mesmo revelara tal hábito em um de seus livros - e a lira da criação poética

na outra. No ambiente também se fazia presente um ramallete de flores, como em uma homenagem ao escritor, além do realce a um de seus temas preferidos. O quadro era completado pela presença em detalhe da pena, do papel e do tinteiro, em clara alusão à figura do literato (ARTISTA, 9 jan. 1906, p.1). Um dos últimos registros iconográficos de Mário de Artagão feito pela imprensa rio-grandina foi realizado quando ele já se encontrava residindo em Portugal. O periódico diário *Artista* executou uma breve experiência na qual estampou caricaturas em sua primeira página, como foi o caso das “Caras caricaturadas”, nas quais destacava alguma personalidade cidadina. Na imagem, Mário aparecia com um charuto em uma das mãos - ele mesmo revelara tal hábito em um de seus livros - e a lira da criação poética na outra. No ambiente também se fazia presente um ramallete de flores, como em uma homenagem ao escritor, além do realce a um de seus temas preferidos. O quadro era completado pela presença em detalhe da pena, do papel e do tinteiro, em clara alusão à figura do literato (ARTISTA, 9 jan. 1906, p.1).



Já em seu novo lar, Mário de Artagão recebeu atenção especial da imprensa lusa, com a publicação de uma matéria especial, contendo várias páginas na

*Ilustração Portuguesa*, uma edição semanal do jornal *O Século*, um dos mais importantes periódicos lusitanos da época (ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA, 22 abr. 1907, p. 489-495). Tais páginas compunham a matéria intitulada “O grande exilado”, em referência a uma construção poética homônima que Mário estava elaborando em homenagem ao imperador decaído do Brasil, e da qual alguns fragmentos foram divulgados por meio da imprensa, sem que a sua publicação definitiva tivesse chegado a acontecer. O entrevistador mostrou-se vivamente impressionado com o poeta, informando que ele se dedicava à escritura de um extraordinário drama épico sobre D. Pedro II, escrito em refulgentes e comovidos versos.

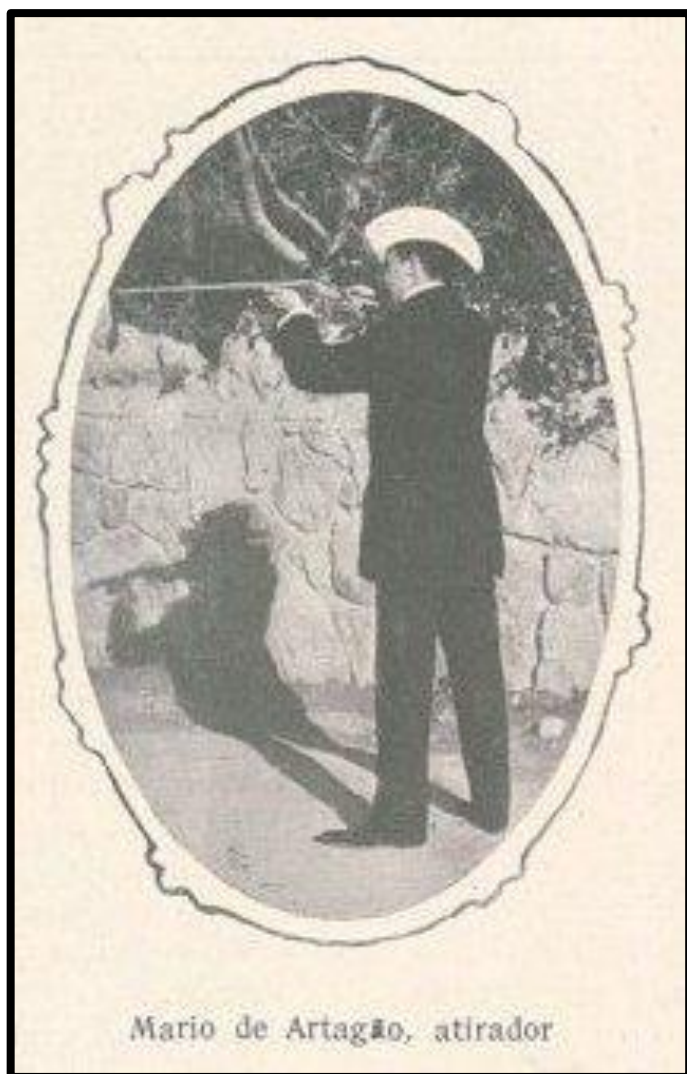
O repórter da *Ilustração Portuguesa* informava que passara a tarde inteira com o entrevistado, ouvindo com deleite o grande poeta que teria o poder fascinador de conquistar de assalto todos aqueles que dele se aproximavam. Segundo o entrevistador, Mário demonstrava de sua vida íntima o mais fulgurante quadro de felicidade e, de sua vida literária, o mais alto e valiosíssimo testemunho, confirmado por um sem número de críticas às suas obras. O conjunto da reportagem era acompanhado de registros fotográficos que, apesar das poses ensaiadas para o fotógrafo, revelavam detalhes da vida do poeta, como o contato com os livros em sua biblioteca particular e as vivências familiares. Aparecia também estranhamente um Mário atirador e um “poeta dândi”, como definia a revista ao apresentá-lo em traje de gala.



HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO  
SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO



O poeta Mario de Artagão com sua esposa, cunhada e filhos



Mario de Artagão, atirador



HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO  
SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO



Ainda no âmbito da imprensa portuguesa, um dos mais tradicionais periódicos lisbonenses, o *Diário Ilustrado*, em seção intitulada “Brasileiros ilustres” publicou o retrato e uma matéria sobre Mário de Artagão. O jornal enfatizava o valor intelectual e moral do poeta, descrevendo que bastavam alguns momentos de convívio com ele para se conhecer a valia do seu cérebro, que um poderoso talento iluminava e o seu coração, no qual a bondade resplandecia. Para o diário lisboeta, aquele delicado lírico era uma das figuras de mais alto relevo da colônia portuguesa sediada em Lisboa. O repórter exaltava a tamanha cortesia que recebera na casa do escritor, na qual imperava uma completa conciliação com a vida, mantendo um aspecto sereno, calmo e dulcificador. Ainda que houvesse a preparação de um clima especial para a entrevista, a descrição e as fotos remetiam a uma vida feliz do poeta e sua família em terras portuguesas (DIÁRIO ILUSTRADO, 31 jan. 1909, p. 2).



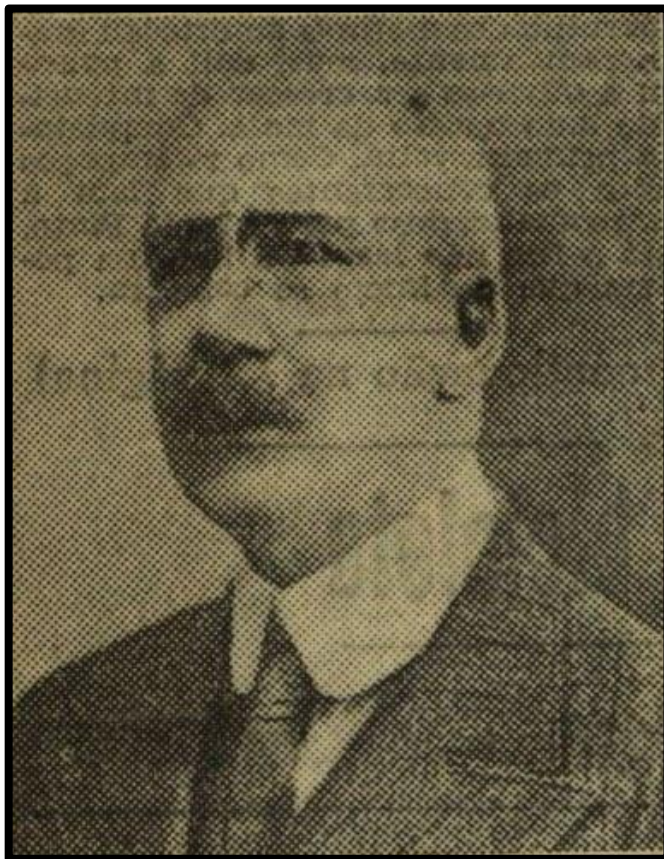
O escritor ainda viveria vários anos em seu novo lar e, mesmo que não mais se expressasse abertamente sobre política, permanecia com suas convicções monárquicas. Uma ironia do destino ainda viria a marcar a sua vida, tendo de observar sua pátria adotiva também transformar-se em uma república, a qual ele

tanto detestava. Ao viver até 1937, acompanhou várias das transformações institucionais lusas, notadamente o avanço do autoritarismo, com a instalação do Estado Novo. Quanto ao Brasil, de longe, viu a forma republicana se consolidar em um modelo oligárquico, para depois acompanhar a crise dos anos vinte e as transformações advindas da Revolução de 1930, com a ascensão de seus conterrâneos sul-rio-grandenses ao poder. Só não chegou a ver a instalação de um outro Estado Novo, o brasileiro, ao falecer meses antes da instauração desse regime ditatorial. Ele escreveu até seus últimos momentos de vida, mas seus pensamentos diante de tantas transformações não apareceram em seus escritos, restando neles apenas alguns indícios de seu monarquismo, que continuou firme até o fim, da sua admiração em relação a Portugal e da sua saudade do Brasil.

Quando de sua morte, em agosto de 1937, Mário de Artagão recebeu várias notas fúnebres, como no caso da imprensa portuguesa, através de dois de seus importantes jornais que estamparam a fotografia do já encanecido poeta. O *Diário de Notícias* ressaltou dois traços de sua vida, o culto gentil com que servia às musas e a nobre intransigência com que se mantinha fiel à monarquia (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 ago. 1937, p. 6). O *Século*, por sua vez, noticiava o falecimento do inspirado poeta que guardava afeto idêntico pelo país que nascera e pela pátria que adotara, pois o primeiro fora o seu berço e nele decorreram anos de ardorosa mocidade, ao passo que o segundo constituiu um novo lar, onde se vira rodeado do respeito e da amizade que as suas altas virtudes souberam conquistar (O SÉCULO, 16 ago. 1937, p. 2). Além desses, vários outros

## HISTÓRIA, POLÍTICA E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDOS SOBRE O ESCRITOR MÁRIO DE ARTAGÃO

necrológicos lamentaram a morte do escritor e enalteceram o seu reconhecimento com intelectual.



Mário de Artagão foi um profícuo escritor. Elaborou perto de uma dezena de livros, lançando várias reedições de alguns deles, reescrevendo-os em grande parte, chegando os mesmos a praticamente constituir uma nova publicação. Suas poesias foram publicadas em

vários periódicos literários, bem como estamparam as primeiras páginas de diversos noticiosos. Como redator e colaborador escreveu um número extraordinário e quase incomensurável de artigos, debatendo os mais variados temas, atuando no jornalismo de diversas cidades. Seu reconhecimento intelectual não se limitou ao sul do Brasil, atingindo também o centro do país e, a partir da adoção de seu novo lar, estendeu-se às terras portuguesas. Ele ficou bastante conhecido por sua palavra escrita e os poucos registros iconográficos ao seu respeito servem para dar uma face ao poeta e jornalista, propiciando uma complementação imagética à melhor compreensão do conjunto do seu pensamento. Do destaque a tais fragmentos advém o intento fundamental deste brevíssimo e despretensioso ensaio.



# COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais**  
2020-2025



BIBLIOTECA  
**RIO-GRANDENSE**



**ISBN: 978-65-89557-73-9**